Relatório
3 anos de aprendizados

Viva Marajó - Ordenamento Fundiário de um território verde

Desenvolvimento Local e Áreas Protegidas

Janeiro de 2013

Rua Ó de Almeida, 1083 | CEP: 66053-190 | Belém, Pará, Brasil
F +55 91 3222 6000 | peabiru@peabiru.org.br | www.peabiru.org.br

Viva Marajó –

Ordenamento fundiário de um território verde

aprendizados e desafios de três anos de trabalho

Legenda: Sociedade civil mobilizada para discutir o ordenamento fundiário do Marajó, no 1o Evento de Gestão Territorial do Marajó, em Ponta de Pedras, novembro de 2011.

Instituto Peabiru

Belém, Pará, janeiro de 2013

Tenho a plena convicção de que na medida em que o país escolhe um determinado território e o eleva à forma de Patrimônio da Humanidade, ele a preserva para que se tenha uma memória genética e cultural daquela região – e todos nós estaríamos valorizando essa iniciativa com ações integradas nessa grande rede que é o Viva Marajó e reconhecendo o esforço que o país faz para manter este pedaço do Pará, elevado em todos os níveis.

Dra. Ima Vieira, pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, *A Reinvenção do Marajó,* em 24 de agosto de 2010, no Museu Histórico do Estado do Pará, em Belém, Pará, em palestra inaugural do *Dia do Marajó*.

(...) Diz pois o Profeta que são estes homens uma gente, a quem os rios lhe roubaram a sua terra (...) E é admirável a propriedade desta diferença, porque em toda aquela terra, em que os rios são infinitos, e os maiores, e mais caudalosos do mundo, quase todos os campos estão alagados, e cobertos de água doce, não se vendo em muitas jornadas, mais que bosques, palmares e arvoredos altíssimos, todos com as raízes, e troncos metidos na água (...) E posto que estes alagadiços sejam ordinários em toda aquela costa, vê-se esta destroço, e roubo, que os rios fizeram à terra, muito mais particularmente naquele vastíssimo Arquipélago do rio chamado Orellana, e agora das Amazonas

Trecho de carta do Padre Antonio Vieira sobre o Marajó.

Legenda: crianças brincam em Santa Cruz do Arari. Foto: Fernanda Belich

Créditos

Equipe

Equipe atual do Programa Viva Marajó

João Meirelles Filho, coordenador, Hermógenes Sá, coordenador do projeto de cadeias de valor (com PNUD e GIZ), Manoel Potiguar, assistente, Maria Jose Barney, assessora

Equipe do Instituto Peabiru de apoio ao Programa

Francinaldo da Costa Junior, gerente financeiro, Maíra Parente, assistente administrativo, Richardson Frazão, coordenador de programas, Francisco Xavier Mendes Cardoso, assessor de campo

Equipe do Instituto Peabiru que trabalhou no Programa

Carlos Augusto Ramos, coordenador do programa, Vivian Silva, estagiária e colaboraram Ana Gabriela Fontoura, Ana Carolina Vieira entre outros.

Prestadores de serviços que trabalharam diretamente com o programa

Fernanda de Oliveira Martins, gerente de comunicação, Luiza Bastos, assessoria de imprensa

Voluntários

Francisco Buoro, Luara Jacquod

Pesquisadores do *Escuta Marajó*

Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari e Santa Cruz do Arari – Vanessa de Paula Morimoto

Simone Melo, Samir Casseb, Luiza Bastos, Marcos Paulo Lima, Fernanda Belich Aguiar

São Sebastião da Boa Vista, Muaná, Ponta de Pedras e Curralinho – Mônica Lizardo de Moraes, Vanessa Malheiro Morais, Pedro Nabuco de Araújo, Gustavo Dutra, Rafael Pinheiro Araújo

Gurupá, Anajás, Afuá e Chaves **–** Pedro Pereira Leitão**,** Sara Baima Silva**,** Ricardo Rodrigues**,** Luiz Guilherme Ramos Junior**,** Nailana Thiely

Breves, Bagre, Melgaço e Portel **–** Jamerson Rodrigo Campos**,** Letícia Sales de Oliveira**,** Mônica Nazaré Leite**,** Sidney Pereira**,** Rodrigo Pires

Fotografias e vídeos **–** Fernanda Belich Aguiar**,** Rafael Pinheiro Araújo**,** Nailana Thiely**,** Rodrigo Pires

Equipe de filmagem do documentário *Expedição Viva Marajó*

Direção – Regina Jeha, fotografia e câmera – Emerson Bueno, edição – José Carone Júnior, roteiro – Regina Jeha, música e direção musical – Egberto Gismonti, som direto – Ricardo Nascimento, colorista – Ricardo Herling, color grading Lutcolor, pós-produção de áudio – Zoo Audio Productions, sonorização – Dan Zimmerman/ Michel Moreira, produção – Maria Teresa Meinberg/ Regina Jeha, design gráfico – Fernanda Martins/ Mapinguari Design, assistente de edição – André Bonfim

Equipe de divulgação do documentário no Marajó

Mapinguari Design **–** Sâmia Batista, Simone Melo, Suane Melo e colaboradores

Mobilizadores locais – Flávio Bentes, de Breves e Marília Tavares, do CODETEM, de Curralinho

Pesquisadores das cadeias de valor – pela UFRA

Antonio Cordeiro de Santana, coordenador

Pecuária: Carlos André Corrêa de Mattos - M. Sc. Professor Assistente da UFRA**; e** Cyntia Meireles de Oliveira - Pesquisadora, M. Sc. Professora Assistente da UFRA

Farinha de mandioca: Marcos Antônio Souza dos Santos **-** Engenheiro Agrônomo, M.Sc. em Economia e Professor da UFRA-ISARH

Pesca artesanal: Ruth Helena Christo Almeida, *UFRA e Adna Albuquerque, UFRA*

Açaí: pelo Museu Paraense Emílio Goeldi – Regina Oliveira da Silva Dra. em Desenvolvimento Sustentável**;** Márlia Regina Coelho-Ferreira Dra. em Etnobotânica**;** Mário Augusto Jardim Dr. em Ciências Biológicas**;** Pedro Glécio Costa Lima MSC. em Botânica Tropical**;** Larissa de Menezes BSc. em Ciências

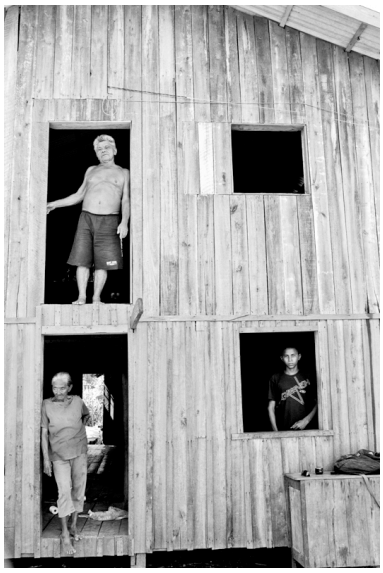
Ambientais Apoio**:** Andreia Campos Tavares BSc. em Meteorologia (sensoriamento Remoto)**;** Ronaldo Rodrigues Coord. Grupo da Juventude – STTR (campo)

Fotografia (demais colaborações) – Fernanda Martins, Suane Melo**.**

Agradecimentos

Aos **membros do CODETEM,** especialmente em Assunção Novaes (Cacau), Currallinho), Haroldo Júnior Conceição (quilombola, Salvaterra), João Arlindo Ribeiro (Ponta de Pedras), Marcos Baratinha (Marquinho, Curralinho), Padre Mateus Santos (Muaná), Marília Santos (Curralinho), Elaine (Ponta de Pedras).

Àqueles que contribuíram **apresentando-se no *Dia do Marajó* –** Ademar Feio (Irmandade de São Sebastião de Cachoeira do Arari); Agenor Sarraf (UFPA), Dom Alessio Saccardo Sj. (Bispo da Prelazia de Ponta de Pedras); Alberto Leão (Superintendente do MPA – Belém); Ana Cristina Penante (Comunidade do Pesqueiro, Soure); Antônio Braz (ATAIC); Celso Schenkel (UNESCO, Brasília DF), Cláudia Renata (CEDECA), Denise Pahl Schaan (UFPA); Dorotea Lima – IPHAN; Ivan Aragão (Rede Celpa), Jaime dos Santos (AMAM); João Vicente Vilaça Penha, José Americo Boução Vianna, da Companhia de Abastecimento Nacional – CONAB; João Arlindo Malato (CODETEM); Josineide Malheiros (ATAIC); Lucio Flávio Pinto, Maria Goreth Tavares; Marinete Bulhosa (IFPA); Manoel Pantoja (Instituto Gurupá); Manuel Amaral (IEB); Milton Pena (Casa Familiar Rural de Gurupá); Pedro Barbosa (Amam); Nazaré Sá (Fórum Estadual de Defesa da Criança e Adolescente); Pâmela Melo Costa (Profª IFPA – Belém); Randel Monteiro - SINTEPP, Vanderlei Lobato (Escola Gerson Peres, Breves); Wilson Carvalho do Banco da Amazônia – BASA.



Legenda: moradia no Marajó.

Aos **grupos culturais que se apresentaram no Dia do Marajó**, especialmente a Associação Cultural Dalcídio Jurandir, entre os quais **Pedro Nicácio, diretor e roteirista do "Tem Boto na Rede do Tunico".** Instituto Glorioso São Sebastião, (agradecemos especialmente Albertinho Leão), Príamo Brandão (Orquestra do Marajó) Ponta de Pedras, Curralinho, Antônio Muribeca, Poeta de Cachoeira do Arari.

Às mais de 700 pessoas que **participaram do Dia do Marajó**.

Às pessoas e comunidades retratadas no documentário Expedição Viva Marajó – à arqueóloga Denise Schaan (UFPA), Belém; à Comunidade São Miguel, Breves; IBAMA, em Chaves; Sr. Nelson, de Breves, a Afuá, à Fazenda Mexiana, Chaves; a comunidade do Pesquieiro, Soure; à educadora Zeneida Lima (Soure), e a quem apoiou a **produção,** Caíto Martins, Vanda, da Prefeitura de Breves.

Aos instrutores e organizadores do **Curso sobre farinha de mandioca em Portel –** Gracionice Correa (STTR), Osvânia Correa"Vanica" (STTR), Antônio Vaz "Cupú" e Júlia Serrin "Dona Julinha"

Agradecemos, ainda, a**os moradores do Marajó** que contribuíram no projeto, além dos já mencionados acima, entre eles, Fernando Feio (Cachoeira do Arari), José Varella Pereira (da Rede Povo das Águas), Miranda Neto, Zeneida Lima, entre outros.

Agradecemos à **Secretaria de Estado de Meio Ambiente** – agradecemos a toda equipe atual, especialmente ao Secretário, José Alberto Colares, ao Diretor

da DIREC, Paulo Autiero, e a equipe que cooperou com o *Programa Viva Marajó* em sua etapa inicial, dentre os quais, o ex-secretário Valmir Ortega, os ex Diretores de Áreas Protegidas – DIAP Sônia Kinker, Rodolfo Pereira e Crisomar Lobato.

Às organizações públicas

Ao **Instituto Patrimônio Artístico e Histórico Nacional –** Iphan – Maria Dorotéa de Lima (Superintendente no Pará); ao **Ministério Público Federal**, especialmente os procuradores Alan Rogério Mansur Silva, Bruno Araújo Soares Valente e Felício Pontes; ao **Ministério Público do Estado do Pará**, especialmente à procura Dra. Graça Azevedo da Silva e Tarcisio Feitosa da Silva Filho; ao **Museu Paraense Emílio Goeldi,** especialmente Nilson Gabas, diretor, e Dra. Ima Vieira; **Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari** - Rosemiro Alberto Rodrigues Neto – Miro, Secretario de Meio Ambiente, Santa Cruz do Arari; à **Prefeitura Municipal de Chaves** ; ao SPU, especialmente Lélio Costa, à **Universidade Estadual do Pará – UEPA** – Campus Salvaterra – Benedito Valente da Cruz (Coordenador); Ao **ICMBIO**, especialmente a Aline Leite, Chefe da Resex Terra Grande Pracuúba e Diana Meneses, Chefe da Resex Mapuá.

Às organizações da sociedade civil

Agradecemos ainda as entidades que nos apoiaram, entre as quais mencionamos: Acarce – Central Associativa do Rio Canaticu; **Associação dos Municípios do Marajó – Amam, especialmente a Jaime dos Santos;** ao CNS; à **Diocese de Ponta de Pedras** – Dom Alessio Saccardo SJ; e Maria José Mello Araújo, Padres Leandro e Odair e demais padres, e às Irmãs de Cachoeira do Arari; aos **Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Gurupá (Heraldo Pantoja da Costa), e demais Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais do Marajó.**

Aos **Pesquisadores** que colaboraram nos levantamentos e informações**,** Andrea Coelho (IDESP), Ari Camarão, Sérgio Gomes (IDESP), Peter Mann de Toledo (INPE) e Ulisses Galatti (MPEG).

Aos **pesquisadores associados**, Lee Pegler (ISS/ERASMUS, Holanda), Monte Hendrickson (*Vanderbilt University*, Estados Unidos).

À imprensa do Pará e nacional que cobriu, à imprensa nacional, especial ao jornalista Dal Marcondes, do web-site Envolverde; a Karina Miotto e Gustavo Faleiros, web-site O Eco Amazônia,

E especialmente aos **financiadores –** Ao Fundo Vale, Vale SA e o **apoiadores**, entre os quais o Serviço Social do Comércio do Pará, com cessão de espaço para Dia do Marajó – SESC Boulevard – José Maria Vilhena e equipe; e a Sambazon e a Fox Vídeo que apoiaram o Programa Viva Marajó neste período.

Pedimos nossas imensas desculpas pelas eventuais omissões de pessoas e organizações, e agradecemos se nos forem informadas os demais nomes e entidades que representam, para que corrijamos nossa falha, pois o Marajó é grande e diverso e, muitas vezes, não registramos corretamente as contribuições.

E, por fim, agradecemos a todos os participantes da Rede Marajó da Sociedade Civil.

Legenda: pescadores em Santa Cruz do Arari, foto: Fernanda Belich.

Siglas, convenções e abreviações

AMAM - Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó

ATAIC – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Ilha das Cinzas

CFR – Casa Familiar Rural

CNS - Conselho Nacional de Populações Extrativistas

COBRAMAB – Comissão Brasileira do Programa Homem e Biosfera

CODETEM – Colegiado Territorial do Marajó

CODETER – Colegiados de Desenvolvimento Territorial

DIAP – Diretoria de Áreas Protegidas – DIAP, da SEMA-PA

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Agropecuária

FETAGRI - Federação de Trabalhadores da Agricultura no Estado do Pará

FLORESTAM – Projeto da EMBRAPA

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

IBF – Instituto Brasileiro de Florestas

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDEFLOR – Instituto de Florestas do Pará

IDGSS – Instituto Glorioso São Sebastião –

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

IEF – Instituto Estadual de Florestas – AP

IFPA – Instituto Federal de Educação do Pará

IFT – Instituto Floresta Tropical

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MPA – Ministério de Pesca e Aquicultura

MPE – Ministério Público Estadual

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi

MPF – Ministério Público Federal

MAB – *Programa Homem e Biosfera*, da UNESCO

Plano Marajó – Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RESEX – Reserva Extrativista

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SEMA-PA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará

SESC-PA – Serviço Social do Comércio do Pará

SESPA – Secretaria Estadual de Saúde do Pará

SINTEPP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Pará

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU - Superintendência de Patrimônio da União

STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UEPA – Universidade Estadual do Pará

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia –

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Legenda: Sociedade civil discute situação fundiária, Breves, agosto de 2011.

Índice

1 Introdução 16

2 O Instituto Peabiru 18

3 O Programa Viva Marajó 20

3.1 Apresentação 20

3.2 A Metodologia 21

3.3 Os públicos preferenciais 23

3.4 Objetivos 24

3.5 Objetivo geral 24

3.6 Objetivos específicos 24

4 Diagnóstico Socioeconômico – Escuta Marajó 25

4.1 A metodologia do Escuta Marajó 26

4.2 Os atores locais 27

4.3 A devolutória do Diagnóstico 29

4.4 Conclusões e Aprendizados 31

5 Marco Conceitual do Programa 33

6 Conclusão 34

7 Ações 35

7.1 Áreas protegidas 35

7.1.1 Objetivo específico 35

7.1.2 Estratégias 35

7.1.3 Principais ações 36

7.1.3.1 Estudo sobre as implicações de uma *Reserva da Biosfera* para o Marajó 36
7.1.3.2 Elaboração da minuta do dossiê para o COBRAMAB 38
7.1.3.3 Preparação de mapas e bibliografia 39
7.1.3.4 Lista de espécies da flora e fauna do Marajó 39
7.1.3.5 Apoio à criação de unidades de conservação 40
7.1.3.5.1 Critérios para unidades de conservação do Marajó 40
7.1.3.5.2 Posicionamentos perante unidades de conservação estaduais 40
7.1.3.5.3 Posicionamentos perante unidades de conservação federais 43
7.1.4 Conclusões e Aprendizados 46
7.1.5 Desafios e próximos passos 48

7.2 Ordenamento territorial 49

7.2.1 Objetivo específico 49
7.2.2 Estratégias 50
7.2.3 Principais ações 51
7.2.3.1 Apoio a o observatório de políticas públicas 51
7.2.3.1.1 Apoio a realização de eventos na temática 51
7.2.3.1.2 Fortalecimento de capacidades humanas 53
7.2.3.1.3 Geração de conhecimento para subsidiar políticas públicas 53
7.2.4 Conclusões e aprendizados 56
7.2.5 Desafios e próximos passos 57
7.2.5.1 Apoio ao observatório de políticas públicas 57
7.2.5.2 Fortalecimento de capacidades humanas 57
7.2.5.3 Geração de conhecimento para subsidiar políticas públicas 57
7.2.5.3.1 Mapa Fundiário do Marajó 57
7.2.5.3.2 Relatório sobre ordenamento territorial 57

7.3 Assessoria a organizações locais 57

7.3.1 Objetivo específico 57
7.3.2 Estratégias 58
7.3.3 Principais ações 60
7.3.3.1 Mapeamento de atores 60
7.3.3.2 Apoio e assessoria para organizações locais 60
7.3.3.2.1 Apresentação e discussão do Diagnóstico Socioeconômico - *Escuta Marajó* 60
7.3.3.2.2 Capacitação técnica para organizações locais 65
7.3.4 Conclusões e aprendizados 67
7.3.5 Desafios e Próximos passos 68

7.4 Estruturação de cadeias de valor inclusivas 69

7.4.1 Objetivo específico 69
7.4.2 Estratégias 70
7.4.3 Ações 71
7.4.3.1 Estudos sobre cadeias de valor 71
7.4.3.1.1 Estudo de quatro cadeias de valor prioritárias 71
7.4.3.1.2 Outras ações 74
7.4.3.1.3 Capacitações com produtores 77
7.4.3.1.4 Apoio na implementação de projetos piloto. 79
7.4.4 Conclusões e Aprendizados 79
7.4.5 Desafios e Próximos passos 80
7.4.5.1 Estudos sobre cadeias de valor 80
7.4.5.2 Eventos de fortalecimento de atores locais 80
7.4.5.3 Capacitações com produtores 81
7.4.5.4 Apoio na implementação de projetos piloto 82
7.4.5.5 Fortalecimento da Marca Marajó 82

7.5 Valorização e proteção da Cultura Marajoara 83

7.5.1 Objetivo específico 83
7.5.2 Estratégias 83
7.5.3 Principais ações 83
7.5.3.1 Fortalecimento de organizações da sociedade civil local da área cultural 83
7.5.3.1.1 Fortalecimento do Museu do Marajó 83
7.5.3.1.2 Apoio na criação do Instituto Glorioso São Sebastião – IDGSS 84
7.5.3.1.3 Divulgação da cultura marajoara 84
7.5.4 Conclusões e aprendizados 90
7.5.4.1 Fortalecimento de organizações da sociedade civil local da área cultural 90
7.5.4.2 Divulgação da cultura marajoara 91
7.5.4.3 Promover o debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural 91
7.5.4.4 Promover o debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural 92
7.5.4.5 Produção de documentário sobre a região 93
7.5.5 Desafios e próximos passos 94
7.5.5.1 Fortalecimento de organizações da sociedade civil local da área cultural 94
7.5.5.2 Divulgação da cultura marajoara 94
7.5.5.3 Promover o debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural 95
7.5.5.4 Produção de documentário sobre a região 95

7.6 Fortalecimento institucional do programa 96

7.6.1 Objetivo 96
7.6.2 Estratégias 96
7.6.3 Ações 96
7.6.3.1 Sustentabilidade financeira 96
7.6.3.2 Comunicação Visual 96
7.6.3.3 Geração e sistematização do conhecimento 98
7.6.3.3.1 Documentos e audiovisuais 98
7.6.3.4 Monitoramento de políticas públicas 99
7.6.3.5 Comunicação dos resultados do programa e sobre a importância do Marajó 99
7.6.3.5.1 Programa da Rádio Clube 101
7.6.4 Conclusões e aprendizados 102
7.6.4.1 Sustentabilidade financeira 102
7.6.4.2 Geração e sistematização do conhecimento 102
7.6.4.3 Comunicação dos resultados do programa e sobre a importância do Marajó 102
7.6.5 Mobilização de recursos 104
7.6.6 Conclusão 107

8 Bibliografia 115

Legenda: Devolutória do diagnóstico em Anajás, setembro de 2011.

1 Introdução

O presente documento apresenta os resultados dos primeiros três anos (36 meses) do Programa Viva Marajó, de setembro de 2009 a setembro de 2012. O *Programa Viva Marajó*, é um iniciativa de longo prazo, e é parte da Área Temática de *Desenvolvimento Local e Áreas Protegida* do Instituto Peabiru. O *Programa Viva Marajó* considera a mesorregião do Marajó, e seus 16 municípios – Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure –, com 104 mil km2 (10,4 milhões de hectares), como um território único (abordagem de *Território).*

Importante mencionar que este conjunto de 16 municípios é o espaço do Território da Cidadania do Marajó, política pública tanto do Governo Federal como do Governo Estadual. Nesta região vivem cerca de 430 mil habitantes, como pode ser visto no documento *Escuta Marajó* (disponível para download no web-site do Instituto Peabiru - www.peabiru.org.br , assim como outros documentos).

O objetivo geral do *Programa Viva Marajó* é *contribuir para a conservação da biodiversidade e da água, para a segurança fundiária, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida de povos e comunidades tradicionais, com especial atenção ao ordenamento territorial e implementação e consolidação das áreas protegidas do Marajó.*

O *Viva Marajó* inicia-se em fins de 2009, quando o Fundo Vale desafia o Instituto Peabiru a contribuir com os esforços da SEMA para a candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera. O Instituto Peabiru define, a partir deste momento, seu compromisso com uma estratégia de longo prazo.

Em fevereiro de 2010, inicia-se a parceria com o Fundo Vale, com o projeto *Apoio à implementação e sustentabilidade da Reserva da Biosfera Amazônia – Marajó – PA*, que prossegue até setembro de 2012. Neste período, igualmente por meio do Fundo Vale, também recebemos apoio da Vale S.A. em ações complementares, que permitiram a ampliação da capacidade de ação do Programa, como foi o caso do apoio na produção e socialização na região do documentário *Expedição Viva Marajó,* e dos estudos de cadeias de valor do Marajó. Recursos próprios do Instituto Peabiru e o apoio de outros parceiros, como a Sambazon, o SESC-PA, também complementaram este conjunto de iniciativas.

Atualmente, o programa direciona seus esforços para discutir as cadeias de valor prioritárias para o Marajó, como demonstra o convênio firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, a partir de edital público, para a *Promoção do arranjo produtivo do açaí e da andiroba para Povos e Comunidades Tradicionais no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará.*

Legenda: balneário do açougueiro, Anajás. Foto: Nailana Thiely.

2 O Instituto Peabiru

O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com a missão de *valorizar a diversidade cultural e ambiental e apoiar processos de transformação social na Amazônia*. Em 2013 a entidade, com sede em Belém, Pará, fará 15 anos. O Instituto Peabiru atua em diversas redes, entre as quais o Fórum Amazônia Sustentável.

É uma organização que atua como facilitadora de processos de desenvolvimento social, seja para comunidades, organizações da sociedade civil ou empresas, e trabalha em três Áreas Temáticas, onde desenvolve programas de longo prazo, a saber:

Desenvolvimento Local e Áreas Protegidas – O Instituto Peabiru apóia processos de fortalecimento das comunidades locais, para que alcancem participar ativamente no planejamento, implementação e monitoramento de planos de desenvolvimento local. A prioridade é para as áreas protegidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC e seu entorno, em zonas críticas para a conservação, e sob forte pressão no uso de recursos naturais. Os principais programas desta área de temática são o *Viva Marajó*, e o *Programa Casa da Virada*, financiado pela PETROBRAS, para o município de Curuçá, no litoral paraense (desde 2007).

Responsabilidade Socioambiental Empresarial – Para o Instituto Peabiru é imprescindível o envolvimento do setor privado no enfrentamento da exclusão social e da degradação ambiental. Esta Área de Temática se dedica a parcerias inter-setoriais, na busca de melhoria de qualidade de vida das populações no entorno desses grandes empreendimentos de mineração, do agronegócio e de infra-estrutura (hidroelétricas, portos, ferrovias e rodovias). A principal atividade desta área é o Programa Dendê, em parceria com a AGROPALMA, desde 2007. Outras ações foram realizadas com NATURA (Belém, PA), ALCOA (Juruti, PA), ALBRAS (Barcarena, PA), PETROBRAS BIOCOMBUSTIVEL (Tailândia, PA) e SAMBAZON (Amapá) entre outros.

Cadeias de Valor Inclusivas – Para o Instituto Peabiru, promover a sustentabilidade significa fortalecer a posição econômica de comunidades tradicionais rurais excluídas, principalmente de mulheres e jovens, ao mesmo tempo em que se valoriza a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Por isso, são realizadas pesquisas científicas e diagnósticos, baseado no conceito geral de cadeia de valor (*value chain approach*). No momento, o Instituto atua em dois principais programas: Ecoturismo de Base Comunitária e Abelhas Nativas da Amazônia, com ações no *Programa Almeirim Sustentável*, apoiando o Instituto Floresta Tropical - IFT, e nos municípios paraenses de Almeirim e Monte Alegre, financiado pelo Fundo Vale.

Legenda: pesca artesanal em Salvaterra. Foto: Fernanda Belich.

3 O Programa Viva Marajó

3.1 Apresentação

A primeira etapa do *Programa Viva Marajó,* com o apoio do Fundo Vale, relaciona-se ao desafio de contribuir para a SEMA-PA na proposição da candidatura do Marajó, como Reserva da Biosfera, no contexto do Programa Homem e Biosfera – MAB, da UNESCO.

Os muitos aprendizados resultantes do processo de diagnóstico socioeconômico e ambiental – *Escuta Marajó*, empreendido em 2010, levaram-nos a propor novo desenho estrutural ao programa. Além disto, ficou patente que o contexto brasileiro e internacional das Reservas da Biosfera junto à UNESCO, a morosidade do processo de criação de unidades de conservação de proteção integral no Marajó, e o novo cenário político-administrativo na esfera estadual – com mudanças significativas nas prioridades estaduais para a nova gestão –, resultaram na delegação, ao segundo plano, da proposta de candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera.

Legenda: pesquisador do Instituto Peabiru ouve moradora do Marajó.

Outrossim, a notória necessidade em contribuir ao fortalecimento da sociedade civil local, representada principalmente pelo CODETEM, em demanda a seus direitos cidadãos, especialmente nas lides fundiárias, e as diversas discussões sobre as novas unidades de conservação e assentamentos agroextrativistas, sem as quais quaisquer propostas perderiam sentido, exigiu a parte maior dos esforços da equipe do *Viva Marajó* nestes primeiros três anos de atividades. Este conjunto de demandas e necessidades levantados pelo *Escuta Marajó,* e corroborados por dados secundários, norteiam nossas ações e reflexões. A partir deste entendimento, buscamos compreender o Marajó segundo uma abordagem holística, de território.

Legenda: Curralinho, Igreja Matriz, foto: Rafael Araújo.

3.2 A Metodologia

No *Programa Viva Marajó*, o Instituto Peabiru se vê como facilitador de processos de transformação social, para o qual emprega métodos participativos com os diferentes grupos e parceiros com que trabalha. O método participativo faz com que a aprendizagem seja um resultado natural do processo, gerando uma postura estratégica da sociedade local, capacitando-a para reagir e se adaptar às mudanças. (Buarque, S.C. 2008)

A metodologia participativa é um processo, uma maneira de trabalhar, que permite que se adquira o conhecimento por intermédio da participação e da avaliação da experiência vivida.

É uma ferramenta que favorece o envolvimento, a integração e a participação do grupo social, incentivando a espontaneidade e a criatividade,

quebrando resistências e facilitando a assimilação e a compreensão dos contextos sociais.

A metodologia participativa amplia a visão dos participantes sobre a importância de seus papéis na sociedade e nas organizações, tornando-se protagonistas dos processos de desenvolvimento e, desta forma, garantindo a continuidade das ações após termino do projeto.

Uma das estratégias metodológicas é o método da *pesquisa-ação.* Segundo Michel Thiollent (1985), a *pesquisa-ação* é um tipo de pesquisa social concebida e realizada em estreita associação com uma ação, ou a resolução de um problema coletivo.

Nesta os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema se envolvem de modo cooperativo e participante. A pesquisa-ação tem como característica principal a participação das pessoas implicadas nos problemas pesquisados e uma ação destinada a resolver o problema em questão. No *Programa Viva Marajó* realizamos, anualmente, oficinas internas de planejamento estratégico, e esperamos realizar uma de avaliação de três anos, a partir do presente documento.

Legenda: embarcação nos furos de Breves, foto: Nailana Thiely.

3.3 Os públicos preferenciais

O *Programa Viva Marajó* atua com principalmente como facilitador de pessoas jurídicas de povos e comunidades tradicionais, ou seja, associações comunitárias, cooperativas, entidades de classe (sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, colônias de pesca etc.), além de associações locais relacionadas à causa, como Instituto Glorioso São Sebastião – IDGSS, Lupa Marajó e o Museu do Marajó.

A prioridade é para organizações que atuem com questões relacionadas à mulher, jovens, e de povos e comunidades tradicionais, conforme o decreto federal No. 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

Além disto, o Programa interage com outras naturezas de organizações, atuantes na região, entre as quais estão: a) Organizações socioambientais privadas sem fins lucrativos – Instituto Internacional de Estudos Brasileiros – IEB, IFT, IMAZON, entre outras; b) Organizações públicas de pesquisa e ensino – especialmente aquelas dedicadas à pesquisa sobre o meio físico, meio biótico, cultura, economia e outros temas (EMBRAPA, INPE, MPEG, UFRA, UEPA, UFPA entre outras); c) Organismos públicos – prefeituras municipais e seus órgãos, entidades públicas estaduais e federais, especialmente aquelas dedicadas a segurança fundiária e questões socioambientais; e d) Organizações empresariais – tais como CDL, associações comerciais e federações de agricultura, comércio e indústria, entre outras.

Legenda: procissão de São Miguel, Melgaço. Foto: Rodrigo Pires.

3.4 Objetivos

3.5 Objetivo geral

O objetivo geral do *Programa Viva Marajó* é *contribuir para a conservação da biodiversidade e da água, para a segurança fundiária, segurança alimentar e melhoria da qualidade de vida de povos e comunidades tradicionais, com especial atenção ao ordenamento territorial e à implementação e consolidação das áreas protegidas do Marajó.*

3.6 Objetivos específicos

O *Programa Viva Marajó* estrutura-se em cinco sub-programas, cada qual com seus objetivos específicos. Importante observar que esta divisão é apenas para fins didáticos e muitas ações se relacionam a diferentes sub-programas. São cinco os objetivos específicos do programa, apoiar a(o):

1. *Implantação de áreas protegidas e ordenamento territorial*
2. *Fortalecimento de organizações de povos e comunidades tradicionais*
3. *Estruturação de cadeias de valor inclusivas*
4. *Valorização e proteção da cultura marajoara*
5. *Fortalecimento institucional do programa*

A cada objetivo específico corresponde um sub-programa, como descrito no item *V. Ações,* abaixo. Antes, porém, apresentamos a metodologia do diagnóstico socioeconômico - *Escuta Marajó*, que delineia nossas ações.

Legenda: Equipe do Instituto Peabiru chega a Anajás. Foto: Suane Melo.

4 Diagnóstico Socioeconômico – Escuta Marajó

O Diagnóstico Socioambiental do Marajó, denominado carinhosamente de *Escuta Marajó,* teve como objetivo primordial conhecer as necessidades, anseios e potencialidades das populações dos 16 municípios da mesorregião do Marajó, tanto da área insular como da continental.

Denominamos a esse processo de *Escuta* por entendermos que os limites disciplinares não captam os desafios das realidades marajoaras para a ação social e cultural do programa, porém permitem compreender o *status quo* da região.

O Diagnóstico Socioeconômico do Marajó – *Escuta Marajó* foi o primeiro passo do *Programa Viva Marajó* para se posicionar e fundamentar a elaboração de ações. Além disso, tem o propósito de gerar subsídios à sociedade local sobre o andamentos das ações previstas no Plano Marajó do Governo Federal.

O estudo é importante ferramenta de comparação entre as ações previstas e realizadas no *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó* nestes cinco anos, entre o momento de sua preparação (2007) e o atual. O Plano federal, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, contou com a participação de diversos ministérios e do governo do Pará, visando a melhoria das condições de vida na mesorregião.

É premissa do nosso programa o reconhecimento da necessidade de efetivação do discurso da inclusão social e da garantia de acesso aos direitos sociais básicos. O *Escuta Marajó* buscou integrar as dimensões individuais, sociais, políticas e ambientais da realidade marajoara. Permitiu, ainda, mapear os atores sociais e identificar as características, demandas, entraves e potencialidades regionais. Espera-se que as informações e análises possam contribuir para o debate e a estruturação de propostas de processos transformadores da realidade. A intenção é que os resultados da *Escuta Marajó* orientem políticas públicas, ações da iniciativa privada e da sociedade civil para a superação das enormes desigualdades encontradas no Território.

4.1 A metodologia do Escuta Marajó

Para a elaboração do diagnóstico socioambiental foram organizadas quatro equipes multidisciplinares de pesquisadores da área socioeconômica e de recursos naturais, fotógrafos e jornalistas. O *Escuta Marajó* buscou identificar e compreender tanto nas sedes dos municípios marajoaras, como em algumas das comunidades rurais, de que maneira ocorrem os processos de temáticas tais como: o desenvolvimento local, a conservação dos recursos naturais; a mobilização da sociedade civil; as potencialidades; os atores-chave, as redes sociais; as barreiras e conflitos. Houve também a preocupação em identificar e registrar (em vídeo e fotografia) práticas tradicionais que compõem o patrimônio cultural do povo marajoara.

A metodologia participativa constitui a base teórico-científica desta pesquisa, em que onde diferentes ferramentas produziram um conjunto de dados que, uma vez relacionados, resultaram no diagnóstico socioeconômico, ambiental e cultural. As informações foram coletadas em entrevistas a partir de um guia de entrevista, um roteiro com perguntas semi-estruturadas. Na ocasião em que mobilizamos grupos para participar de reuniões aplicamos a *Matriz de Organização Comunitária,* ferramenta que possibilita a identificação das potencialidades e debilidades locais, assim como das oportunidades e ameaças que os cercam.

Com o *Diagrama de Venn* foi possível realizar um levantamento das instituições que atuam junto à comunidade e o grau de relação entre elas. Por sua vez, os *Mapas de recursos naturais* permitiram visualizar espacialmente a localização dos principais meios de sobrevivência (ver resultados dos mapas).

Inicialmente estabelecemos as primeiras vivências com a cultura e costumes dos grupos visitados. Visitamos a praça, a praia, a igreja, os comércios, os centros culturais, grupos de dança. Durante o percurso realizamos o mapeamento de atores e instituições atuantes para previamente agendar as entrevistas.

Coletamos os dados por meio de entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos moradores, com o apoio de um questionário como guia. Também utilizamos a técnica da observação direta e participativa nas comunidades, bem como a participação da equipe em reuniões comunitárias. Empregou-se, ainda, o método de elaboração de mapas participativos. Note-se que o grande número de

informações resultaram de conversas informais. As perguntas do questionário foram aplicadas respeitando o rumo e o ritmo natural das conversas.

Boa parte do trabalho transcorreu em clima de informalidade, assumindo um caráter de conversa descontraída, pois priorizamos o *tempo do informante.* Este, geralmente, é distinto do *tempo do* entrevistador. Algumas entrevistas foram gravadas, sempre com a prévia autorização dos atores. O método qualitativo foi adotado pois, através das entrevistas, que inúmeras vezes assumiram o caráter de um longo bate-papo, foi possível adentrar, ainda que de forma limitada, o universo do entrevistado.

O trabalho não se restringiu às sedes dos municípios. Diferentes vilas, distritos e localidades ribeirinhas foram visitados. A receptividade encontrada nas localidades, notadamente entre as pessoas mais simples, que nos receberam sempre com simpatia e com o imprescindível cafezinho, deixou evidente ser a hospitalidade uma das características marcantes do povo marajoara.

A pesquisa também mapeou os atores sociais de diferentes instituições, como será comentado mais abaixo: entidades públicas, organizações da sociedade civil, cooperativas e sindicatos e, de forma geral, aqueles que pudessem contribuir para a construção de um primeiro olhar sobre a realidade marajoara, em seu contexto social, cultural, econômica e ambiental.

No total, foram realizadas 391 entrevistas, com a qualidade e o tempo necessários para ouvir o entrevistado. Estas foram organizadas em banco de dados *Access*, sistematizadas em relatórios para cada município e discutidas pela equipe do *Viva Marajó.* Da mesma maneira, foram importantes para compor este relatório, as pesquisas de dados oficiais, principalmente aquelas oriundas do Censo 2010 do IBGE. Também foram utilizados dados de ministérios e secretarias estaduais, como os da saúde e educação, órgãos ligados à regularização fundiária e meio ambiente e institutos de pesquisas socioeconômicas.

4.2 Os atores locais

No processo do *Escuta Marajó* realizamos um mapeamento de atores, que resultou no levantamento das principais organizações e lideranças locais. Neste sentido, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó – CODETEM, relacionado ao Território da Cidadania, política coordenada pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário – MDA, se apresenta como a principal rede, e de maior capilaridade e legitimidade local – congregando 62 organizações, cerca de metade, de entidades da sociedade civil e a outra parte, do poder público.

Seu núcleo diretivo é formado, em sua maioria, por ativos membros da sociedade civil marajoara, do movimento social de pescadores, de mulheres, de trabalhadores e trabalhadoras rurais, de organizações culturais, da Igreja Católica (por meio da Prelazia do Marajó e da Diocese de Ponta de Pedras), entre outros.

Registre-se, ainda, a pequena presença de organizações da sociedade civil dedicadas a questões socioambientais (popularmente conhecidas como ONGs socioambientais) e que, quando atuantes, apresentam uma contribuição local e em questões especificas. Ressalve-se o esforço de mais de uma década, da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, em Gurupá, resultando, em importantes avanços no fortalecimento do tecido social, na educação no meio rural (Casa Familiar Rural), no ordenamento fundiário (na questão quilombola e na criação de unidades de conservação de uso sustentável), inclusive na criação do Instituto Gurupá. Infelizmente esta atuação diminuiu sensivelmente em função da limitação de recursos financeiros.

Entre as organizações locais, destacam-se o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari, e a Caruanas Cultura e Ecologia, em Soure, e a Lupa Marajó, em Curralinho.

Mencione-se, ainda, os trabalhos de organizações que trabalham na Amazônia como um todo, e realizam ações no Marajó, como é o caso do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, e do Instituto Floresta Tropical – IFT, que tem sede em Belém, entre outras instituições em ações locais.

Cite-se, outrossim, o papel relevante de organizações de pesquisa cientifica e a academia, com especial menção ao Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, que mantém base científica no Marajó (Estação Científica Ferreira Penna, no Floresta Nacional de Caxiuanã), além de pesquisar na área biótica e de arqueologia, desde o nascimento deste órgão público no século XIX. As universidades federais e estaduais, Universidade Federal do Pará – UFPA, e Universidade Estadual do Pará – UEPA, ambas mantém *campi* na região.

Este mapeamento permitiu compreender, entre outras questões, que as organizações locais têm grande dificuldade em garantir sua sustentabilidade financeira e se encontram bastante isoladas. Além disto, diferentemente de

outras regiões da Amazônia, como o Nordeste Paraense, a bacia do Xingu, ou o Entorno de Manaus, esta é uma região onde há poucas organizações da sociedade civil que atuam regionalmente. As poucas presentes, ainda que suas iniciativas sejam de alta relevância, dedicam-se a questões temáticas pontuais e localizadas. O Programa Viva Marajó inovou neste sentido, ao buscar imprimir uma atuação mais abrangente, numa visão holística, especialmente no que se refere ao monitoramento de políticas públicas socioambientais.

Legenda: São Sebastião da Boa Vista, foto: Nailana Thiely.

4.3 A devolutória do Diagnóstico

Igualmente essencial para a nossa metodologia é devolver os dados colhidos no Marajó entre as suas diferentes comunidades, para validá-los ou corrigi-los. Com a metodologia da *pesquisa-ação*, adotada pelo *Viva Marajó*, foi possível, não somente a exposição de informações prévias, como a construção participativa dos dados (o que serve a validação desses dados). Esta etapa foi extremamente rica na medida que fortaleceu a capacidade de reflexão dos marajoaras sobre sua própria realidade, além de demonstrar que muitos dados denominados como "oficiais" não refletem a realidade local.

Em parceria com as lideranças do CODETEM, realizamos a socialização do Diagnóstico na sede de dez dos dezesseis municípios do Marajó (Afuá, Gurupá, Portel, Breves, Melgaço, Bagre, Curralinho, Chaves, Anajás e Muaná)[1]. Quanto aos

[1] O período de chuvas no final de 2011 foi, em parte, responsável pela dificuldade em discutir os resultados do *Escuta Marajó* em todos os dezesseis municípios.

demais municípios, diversas lideranças participaram em processos de discussão em Belém e em municípios vizinhos. Esta atividade mobilizou mais de 400 pessoas para uma reflexão da situação socioeconômica e ambiental do Marajó, como não acontecia há tempos. O Diagnóstico também foi apresentado em reuniões em Belém com ONGs, órgãos públicos e o Ministério Público Estadual e Federal.

Legenda: socialização da Escuta, Afuá, 12 de agosto de 2011.

Instituições de ensino e pesquisa de níveis técnico e superior demandaram a apresentação da Escuta Marajó em seus seminários. Assim, em 2011, o *Viva Marajó* participou de palestras sobre a situação socioeconômica marajoara nos campus da UEPA, em Salvaterra; IFPA, em Breves; FIBRA, em Belém; UFPA, campus de Breves. Escolas de ensino fundamental e médio como as Casas Familiares Rurais de Breves (Reserva Extrativista Mapuá) e Gurupá (rio Uruaí) também tiveram cópias ou palestras da Escuta Marajó.

Entre os aprendizados, deve-se mencionar, por exemplo, que em municípios onde a mobilização social é mais intensa, logrou-se construir sobre os dados um levantamento das principais demandas, e que passaram a compor as *Cartas* (documentos temáticos) elaborados como conclusão do evento. Quatro *Cartas* foram elaboradas nos principais eventos, apresentando reivindicações ao poder público, nas três esferas e nos diversos temas estruturais (educação, saúde, regularização fundiária, saneamento etc.).

Naturalmente, que as temáticas diferiram conforme a situação local. Em Anajás, por exemplo, onde a situação da saúde é alarmante, as discussões sobre o diagnóstico foram sobre a malária. Como resultado deste evento, foi proposta uma ferramenta de monitoramento dos casos de malária para comunidades,

denominado de *malariômetro*. Entendemos, por exemplo, que a saúde pode ser acompanhada pela comunidade marajoara, com a medição do índice de casos de malárias, de gravidez na adolescência etc.

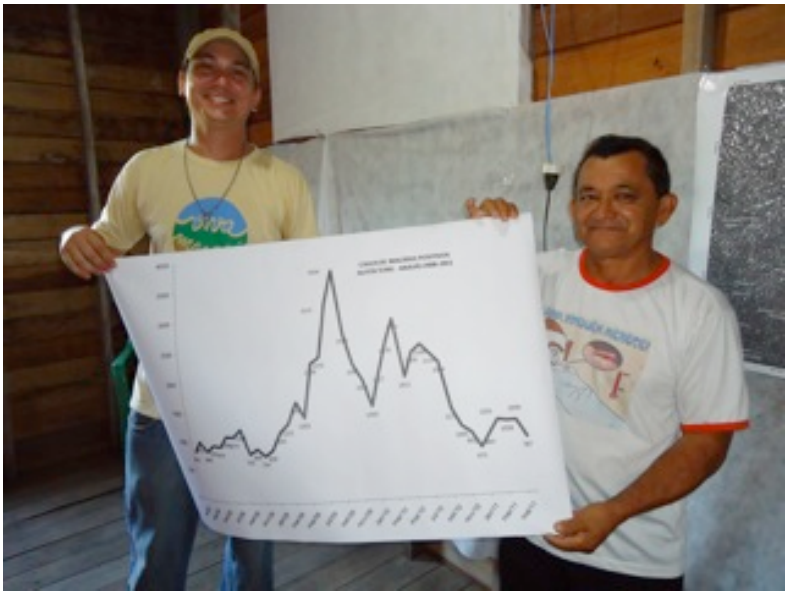
Certamente, o *Escuta Marajó*, sempre poderá receber complementos, em função das diferentes contribuições que se pode realizar. Outrossim, pode-se imaginar outra linha de diagnóstico, por exemplo, para questões mais especificas, em ambos que podem ser explorados com maior profundidade, como o ambiental e o cultural.

Legenda: tempestade tropical sobre o Rio Pará. Foto: Fernanda Martins.

4.4 Conclusões e Aprendizados

Nossa reflexão é que uma região tão vasta e complexa, com o alto grau de isolamento e exclusão que apresenta, demanda um conjunto forte de atores locais, tanto no nível comunitário, quanto municipal, microrregional e mesorregional.

Daí a proposta do Viva Marajó de contribuir para a consolidação do tecido social como organização socioambiental, facilitadora de processos de fortalecimento de capacidades humanas. Isto para que se realize o monitoramento de políticas publicas para o Marajó a partir do próprio Marajó. Para que se construa coletivamente em agendas locais, com base científica e a partir da legítima demanda da sociedade marajoara.



Legenda: Manoel Potiguar, da Equipe do Viva Marajó, e Seu “Manoelito”, Agente Comunitário de Saúde, discutindo o malariômetro em Anajás, setembro de 2011.

5 Marco Conceitual do Programa

A partir do *Escuta Marajó* e do processo de socialização dos resultados, e das reflexões da equipe, estruturamos o *Marco Conceitual do Programa*, a que denominamos de ***Território Verde* – estratégia para o ordenamento territorial.**

Neste processo de discussão, identificamos que os elementos conceituais relacionados à *Reserva da Biosfera*, conjugados aos conceitos de *Município Verde,* propostos pelo IMAZON e que subsidiaram, no âmbito estadual, a Secretaria Extraordinária de Municípios Verdes, e comungando com os princípios do *Território da Cidadania* (política federal vigente), indicaram-nos os caminhos para discutir o que seria o Marajó, em sua amplitude e complexidade, como um *Território Verde*.

Esta estratégia, de tratar o Marajó como um *Território Verde*, visa, destarte, como tecnologia social, uma vez consolidada, beneficiar outros territórios da cidadania, especialmente na Amazônia.

Esta estratégia considera que um dos principais resultados para o Estado do Pará e a Amazônia, com a candidatura da Reserva da Biosfera Amazônia-Marajó, refere-se ao processo de ordenamento fundiário, principalmente tendo em vista as áreas de proteção integral, que formariam as zonas-núcleo da proposta Reserva da Biosfera.

Fundamental considerar que, sem segurança fundiária não se pode tratar de *Áreas Protegidas* e bem estar das comunidades. A nosso ver, a implementação de *Áreas Protegidas* – terras quilombolas, unidades de conservação e assentamentos agroextrativistas – são a *espinha dorsal* do *Programa Viva Marajó*, até que este alcance um *momentum* suficiente para ser internalizado pelos governos federal, estadual e municipais e, destarte, deve preceder as demais ações do ordenamento fundiário. Visualizamos que esta estratégia nos permite alinhar plenamente às políticas públicas de conservação e políticas sociais. Contribui, ainda, na necessária discussão da destinação das áreas (zoneamento ecológico-econômico, especialmente diante do processo em consolidação no estado do Pará) – sejam aquelas prioritárias para a conservação e a preservação cultural (esforço insuficiente até o momento por parte da SEMA, ICMBIO, IPHAN e outros) como as de uso sustentável – para o que espera-se envolver a Rede Pró-Marajó, a comunidade científica e a sociedade civil, em prol do Marajó como um *Território Verde*.

6 Conclusão

Visualizamos que esta análise nos permitiu: a) realizar as socializações, também aqui denominadas de devolutórias[2], de maneira mais efetiva. Assim, as informações foram apresentadas às comunidades marajoaras em seus diferentes contextos – socioeconômico e ambiental; b) mobilizar a sociedade civil local, sempre em parceria com o CODETEM, empoderando as organizações locais com as informações e conceitos discutidos; e, por fim, c) contribuir para o processo de influenciar políticas públicas, por meio de *Cartas* e documentos preparados pelas comunidades e redes locais, embasadas em dados científicos. Desta forma, o CODETEM, fortalecido, alcançou desempenhar o seu papel de colegiado, de quem cobra e monitora as políticas públicas previstas no *Plano Marajó.*

Legenda: Melgaço, festival de verão. Foto: Rodrigo Pires.

[2] É parte da metodologia participativa e da ética institucional do Instituto Peabiru "devolver" a informações coletadas no meio para as próprias comunidades, para que estas, uma vez informadas, possam refletir sobre sua própria realidade e propor mudanças em práticas locais e políticas públicas.

7 Ações

As ações se organizam em cinco sub-programas: a) Áreas protegidas; b) Ordenamento territorial; c) Assessoria a organizações locais; d) Cadeias de valor inclusivas; e e) Desenvolvimento institucional, a saber:

7.1 Áreas protegidas

7.1.1 Objetivo específico

O objetivo específico deste sub-programa é apoiar a implantação de áreas protegidas na mesorregião do Marajó. Mais especificamente, a proposta é *apoiar a conservação da biodiversidade, da água e da cultura das populações tradicionais, por meio da criação e expansão de unidades de conservação, elaboração e implementação de seus planos de manejo e conselhos destas unidades, bem como apoiar o plano de manejo de espécies ameaçadas de extinção.*

7.1.2 Estratégias

A estratégia do *Programa Viva Marajó*, iniciou-se com um levantamento da viabilidade da proposta de candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera, pelo Programa Homem e Biosfera – MAB, da UNESCO.

Concluímos que, apesar da candidatura do Marajó como *Reserva da Biosfera,* pela SEMA-PA, encontrar-se em processo lento – uma vez que a criação de unidades de conservação de proteção integral não está completa, como imaginado originalmente por este órgão estadual (processo que estaria concluído em 2010) –, a ***Reserva da Biosfera é um Marco Conceitual relevante*** e plenamente compatível aos objetivos do *Programa Viva Marajó*.

São quatro as razões principais para esta conclusão, a saber:

a) Trata-se de um marco conceitual, e de uma metodologia de trabalho, plenamente testada, adotada e difundida internacionalmente, para o ordenamento territorial e a definição de áreas protegidas;

b) Como o próprio nome do Programa da UNESCO informa – *Homem e Biosfera* – esta decisão metodológica nos permite enfocar o trabalho sobre o *território*, numa visão abrangente. A Reserva da Biosfera propõe, concomitantemente, tratar da proteção da biodiversidade, das águas, do manejo de recursos naturais, da economia verde, da sustentabilidade e, principalmente, da questão cultural, de sua valorização, – entre os quais o patrimônio arqueológico e imaterial.

c) Este marco conceitual tem como base a sustentabilidade, e alinha-se plenamente às temáticas da Rio+20 (e demais conferências da ONU), como as mudanças climáticas; e

d) O mais importante, incentiva (e exige) o efetivo envolvimento da comunidade local – ou seja, um processo participativo – tanto no momento da criação como de manejo da Reserva da Biosfera.

Comente-se que a proposta de Reserva da Biosfera para o Marajó origina-se na sociedade civil marajoara, na década de 1990. Somente em um segundo momento, será incorporada pela SEMA-PA, vindo a integrar na em 2007, o *Plano Marajó.*[3]

Legenda: Ribeirinho em Assentamento Agroextrativista. Foto: Fernanda Martins.

7.1.3 Principais ações

Entre as principais ações neste primeiro período, destacam-se: 1.3.1. Estudo sobre as implicações de uma Reserva da Biosfera para o Marajó; 1.3.2. Elaboração da minuta do Dossiê para o COBRAMAB; 1.3.3. Preparação de mapas e bibliografia; e 1.3.4. Lista de espécies da flora e fauna do Marajó.

7.1.3.1 Estudo sobre as implicações de uma *Reserva da Biosfera* para o Marajó

A partir de uma série de reuniões e eventos técnicos em Brasília e Belém, nosso primeiro aprendizado resultou em compreender a política nacional para a

[3] À página 85 do Plano Marajó menciona-se: *Discussões sobre a criação de Reserva de Biosfera do Arquipélago do Marajó e a indicação da APA do Arquipélago do Marajó como Sítio Ramsar estão em andamento em instituições de pesquisa e deverão ser apoiados por este Plano uma vez que complementam as ações de gestão ambiental propostas. Em relação à APA do Marajó, instituída em 5 de outubro de 1989 (Art. 13 da Constituição do Estado do Pará), deve-se providenciar seu imediato registro no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), assim como a sua adequação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).*

Reservas da Biosfera (a cargo do Ministério do Meio Ambiente – MMA), em que estágio o governo do Pará se encontrava nesta sua proposição, e o que seria necessário para cumprir os quesitos do Programa MAB-UNESCO.

O primeiro aprendizado refere-se ao desafio de apoiar a federação e o estado no processo de estabelecer unidades de conservação como zonas-núcleo (a área intangível, com uso humano restrito a fiscalização, pesquisa científica e, em alguns casos, e de forma limitada, o turismo). A princípio, a recomendação é para **que pelo menos 5%**[4] **da área da Reserva da Biosfera deveria ser para a zona-núcleo, ou seja, unidades de conservação de proteção integral**.

Pontue-se que a SEMA-PA pretende que a candidatura do Marajó englobe apenas a área da APA do Marajó, estabelecida pela Constituição do Estado do Pará, em 1988, como a do Arquipélago do Marajó. Esta proposta deixaria de fora quatros dos dezesseis municípios do Marajó, a saber, Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. Mais abaixo discutimos a possibilidade de ampliar esta proposta para os dezesseis municípios.

Neste caso, se considerarmos os 6,8 milhões de hectares da APA do Marajó, estes 5% previstos como zona-núcleo demandaria aproximadamente 340 mil ha de unidades de conservação de proteção integral. Importante observar que esta pode ser tanto de superfície aquática como terrestre. Se a proposta eventualmente fosse candidatar a mesorregião do Marajó como um todo, cujo território é de 10,4 milhões de ha, seriam necessários 502 mil ha como zona-núcleo.

A SEMA priorizou a criação de unidades de conservação de proteção integral, que correspondem à *zona núcleo* da Reserva da Biosfera. A primeira unidade de conservação estabelecida em fins de 2010 – o Parque Estadual Charapucu –, no município de Afuá, possui 68 mil ha, correspondendo a cerca de 20% da zona núcleo pretendida. Outras unidades estaduais estão previstas por este órgão, como veremos abaixo, incluindo a proteção de áreas costeiras, marinhas e fluviais.

Outrossim, uma vez consolidado o processo de criação de unidades de conservação de proteção integral em área suficiente para se constituir como

[4] Sobre esta medida, não foi encontrado pela equipe do Viva Marajó qualquer documento que ratifique tal número, porém no evento do Dia do Marajó de 19 de Abril de 2011 e em outras ocasiões, Celso Schenkel, representante da UNESCO, relatou que a zona núcleo de uma Reserva da Biosfera deveria contemplar um mínimo de 5% de seu território pleiteado para a Reserva.

zona-núcleo, a SEMA deverá repetir o processo de consulta aos municípios envolvidos na proposta Reserva da Biosfera[5].

Observe-se, por fim, que as zonas-tampão serão constituídas pelas unidades de conservação de uso sustentável (RDS, RESEX) e outras modalidades fundiárias aceitáveis pela UNESCO (a verificar).

Legenda: Orla de Gurupá, foto: Nailana Thiely.

7.1.3.2 Elaboração da minuta do dossiê para o COBRAMAB

Em julho de 2010 entregamos à SEMA-PA, uma minuta do documento (denominado *dossiê*) cujo nome foi – *Proposta para o Conselho Brasileiro do Programa MAB/UNESCO - COBRAMAB – para a candidatura de Reserva da Biosfera Amazônia – Marajó.* Este será analisado pelo Conselho Brasileiro do Programa MAB/UNESCO – COBRAMAB. Este órgão colegiado (que reúne diversos ministérios) é quem avalia e encaminha a proposta de candidatura para a UNESCO. A UNESCO, por sua vez o remete a pareceres técnicos e uma vez aceito e tramitando internamente segue para a Assembleia Geral.

Para a confecção deste documento, com 78 páginas, concorreram tanto a equipe do Instituto Peabiru, como mais de dez cientistas de diferentes áreas. Estes subsidiaram o *Viva Marajó* com informações, realizaram a revisão de

[5] Um desafio a superar é modificar a visão da SEMA que a proposta Reserva da Biosfera considere 16 municípios e não somente o Arquipélago do Marajó, a visão atual.

documentos, lista de espécies e dados, entre os quais deve se mencionar a contribuição de Ulisses Galatti, do MPEG, Peter Mann de Toledo, do INPE e Sergio Gomes e Andrea Coelho, do IDESP, entre outros.

7.1.3.3 Preparação de mapas e bibliografia

Outro esforço foi o de iniciar um processo de organização da cartografia e bibliografia do Marajó. Neste sentido, elaboramos uma primeira **coleção de 17 mapas** (disponíveis no *web-site* do Viva Marajó desde final de 2010). Trata-se de um mapa geral com os 16 municípios, e outros 16 mapas, um de cada município. Cada mapa apresenta o limite do município, sua sede, hidrografia principal e comunidades cadastradas pelo IBGE.

Este trabalho iniciou-se com uma pesquisa de imagens Landsat e *shapes* disponíveis de mapas sobre o Marajó, na medida que o Marajó é uma região pouco representada no sensoriamento remoto e cartografia, seja em função da quantidade de nuvens, seja na ausência de mapas públicos oficiais.

No que tange à bibliografia, realizamos um primeiro esforço de organizar documentos em uma listagem, separada por áreas prioritárias de conhecimento, para sejam validadas e aprimoradas por especialistas.

7.1.3.4 Lista de espécies da flora e fauna do Marajó

Em 2010, em colaboração com o Museu Paraense Emílio Goeldi e outros pesquisadores, o Programa Viva Marajó preparou uma primeira lista de espécies de fauna e flora para o Marajó. Trata-se de informação essencial à conservação ambiental, especialmente se considerarmos que, até recentemente, a maior parte dos pesquisadores e organizações não emprestavam a devida atenção à diversidade biológica do Marajó em função do vazio de informações organizadas.

Naturalmente, esta listagem precisa ser aprofundada e discutida com organizações de pesquisa e, a nosso ver, é um tema prioritário para a conservação. Esta lista, uma vez cotejada com a lista de espécies ameaçadas (ao nível estadual, federal e IUCN) servirá de orientação para que espécies devem merecer maior atenção.

Quadro da situação de ameaça de categorias selecionadas – 2010

Grupos	Marajó	Pará[6]	Amazônia	Brasil	Diversidade Brasil
Mamíferos	**13**	**14**	**25**	**69**	**658**
Sub grupos					
Aquáticos	**3**	**3**	**3**	**9**	*
Terrestres	**10**	**10**	**21**	**60**	*
Aves	*	**31**	**28**	**160**	**1.825**
Répteis	**1**	**1**	**1**	**20**	**721**
Peixes	*	*	*	*	*
Anfíbios	**0**	**0**	**0**	**16**	**875**

* a completar

Desde já mencionem-se os mamíferos aquáticos, especialmente por se tratar da única região do planeta onde há duas espécies de sirênios (peixes-boi) e as tartarugas aquáticas (provavelmente o Marajó apresenta a maior biodiversidade do planeta, com cerca de 18 espécies, 13 dulcícolas e 5 marinhas).

7.1.3.5 Apoio à criação de unidades de conservação

Nesta questão o *Programa Viva Marajó* atuou em diferentes frentes de trabalho, muitas das quais ainda se encontram em uma etapa preliminar. Apresentamos aqui uma breve lista de ações realizadas, a saber:

7.1.3.5.1 Critérios para unidades de conservação do Marajó

O *Viva Marajó* propôs ao MPEG a elaboração de um projeto para apoiar a definição de critérios de criação de unidades de conservação para o Marajó. O Instituto Peabiru e o MPEG estão elaborando esta proposta.

7.1.3.5.2 Posicionamentos perante unidades de conservação estaduais

- **Unidades de conservação existentes**

[6] Baseando-se na Resolução 054/2007 que homologa a lista de espécies da flora e da fauna ameaçadas no Estado do Pará, e no Decreto 802/2008, que cria o Programa Estadual de Espécies Ameaçadas de Extinção - Programa Extinção Zero.

APA do Marajó

Apesar de criado pela Constituição Estadual em 1989, ou seja, há vinte e três anos, a SEMA-PA não procedeu à criação do Conselho Consultivo Área de Proteção Ambiental do Marajó e inexiste o Plano de Manejo da unidade, conforme determina a lei (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC). Sem estes mecanismos é impossível avançar em questões essenciais como a definição de critérios para a conservação da biodiversidade e da água, o ordenamento territorial do Marajó e questões urgentes como as condições para o plantio de arroz na região. O Viva Marajó acredita que esta deve ser a primeira prioridade da SEMA para a política pública de conservação na região[7].

Parque Estadual Charapucu

Em 2011, quando elaboramos o *Mapa Fundiário do Marajó,* o *Viva Marajó* identificou a sobreposição do Parque Estadual Charapucu e o Projeto de Assentamento Agroextrativista Charapucu – PAE Charapucu, do INCRA**.** Na verdade, o Parque (65,1 mil ha), decretado em dezembro de 2010, está integralmente na área do Assentamento (201,7 mil ha), criado em 2009. Uma vez notado o problema, o Viva Marajó e o CODETEM iniciaram um processo para contribuir na mediação entre a SEMA-PA e as comunidades residentes no Charapucu, Afuá, cerca de 150 famílias de ribeirinhos usuárias da área do Parque. Os gestores do Parque Charapucu, através da mediação do Instituto Peabiru e do CODETEM, celebraram um Termo de Compromisso[8] com as 150 famílias residentes. Será necessário, no entanto, um termo de cooperação entre INCRA e a SEMA-PA e as famílias envolvidas para seu reassentamento.

[7] O Instituto Peabiru (Programa Viva Marajó), o CODETEM e a Diocese de Ponta de Pedras apresentaram à SEMA, em 13 de junho de 2012, diversos questionamentos relacionados ao plantio de arroz no Marajó, que incluem a questão da APA do Marajó, o que foi completado em reunião em 8 de julho de 2012.

[8] Dispositivo previsto no SNUC em todo seu capítulo IX, prevê a adequação dos usos dos recursos por populações tradicionais que estejam dentro de um Unidade de Conservação de Proteção Integral, quando de sua criação.

Legenda: viveiro de camarão, Afuá, foto: Nailana Thiely

- **Unidades de conservação propostas**

A partir da maior cooperação da Diretoria de Áreas Protegidas – DIAP, da SEMA, o CODETEM, o Viva Marajó e outros passaram a discutir a melhor categoria para as demais unidades de conservação propostas para o Marajó. Neste sentido, discute-se uma RDS Marinha, que abranja tanto uma área terrestre como uma de águas costeiras, nos municípios de Soure e Chaves, com cerca de 30 mil hectares. Anteriormente, a SEMA previra a criação de uma Reserva Biológica (UC de Proteção Integral) para esta área, o que não seria compatível à atividade tradicional de pesca. Aqui o grande aprendizado foi como o diálogo entre a SEMA e a sociedade civil organizada resultou numa proposta que tanto considera a conservação como as populações tradicionais e suas necessidades e cultura. Por fim, há, ainda, a proposta do Parque Estadual Marajó Central em início de discussão.

Entre as maiores preocupações do Viva Marajó estão: a) considerar a contribuição de instituições de pesquisa, como o MPEG, INPE e UFPA, entre outros; b) o efetivo envolvimento da sociedade civil local no processo de criação de novas unidades. Vale lembrar que é parte do ritual realizar audiências públicas com as partes interessadas; e c) a urgente necessidade de proteger os sítios arqueológicos do Marajó, na medida que o maior conjunto de sítios arqueológicos da Amazônia está totalmente desprotegido[9].

[9] Os dois outros parques estaduais, ainda que pequenos, Monte Alegre, com 5.800 ha, em Monte Alegre, e Serra das Andorinhas, com 176 ha, em São Geraldo do Araguaia, consideram a proteção de importantes conjuntos de sítios arqueológicos.

7.1.3.5.3 Posicionamentos perante unidades de conservação federais

- **Unidades de conservação existentes**

Atualmente, há na Mesorregião do Marajó uma área de 726,6 mil ha em Unidades de Conservação federais. São seis unidades – uma RDS, uma FLONA e quatro RESEX. Merece destaque o fato de que nenhuma destas unidades possui um Plano de Manejo. Observe-se ainda, que o prazo legal para que estes fossem elaborados, discutidos e aprovados há muito expirou, uma vez que deveriam estar em operação em no máximo cinco anos da data de criação da unidade, segundo o SNUC. As unidades mais novas são de 2006, ou seja, tem mais de seis anos (RESEX Terra Grande - Pracuúba e a RESEX Gurupá - Melgaço). Diretamente o Instituto Peabiru buscou atuar em cinco destas unidades de conservação, a saber:

Reserva Extrativista Marinha de Soure

Desde 2010, o Instituto Peabiru propõe ao ICMBIO iniciar o debate sobre a expansão da RESEX Marinha de Soure. O objetivo é incluir a área costeira e marinha, uma vez que esta atualmente protege somente os manguezais, sem incluir as cabeceiras dos cursos d'água e as áreas marinhas do entorno. Os limites atuais diminuem a capacidade da população extrativista beneficiária em garantir o pleno acesso aos recursos naturais protegidos pela UC. Ao mesmo tempo, a UC, no formato atual não realiza plenamente o papel de conservação da biodiversidade. Observe-se que esta unidade sofre com a constante invasão de búfalos em sua área, a construção de cercas em seu interior e o plantio de espécies exóticas, como o capim e o coco, destruindo o mangue. A questão é mais critica pois há relatos de conflitos com fazendeiros locais que se negam a reconhecer o uso coletivo destas terras públicas.

Reservas Extrativistas Mapuá e Terra Grande Pracuúba

Em agosto de 2012, fomos procurados pelas gestoras das RESEXs, Aline Leite, Chefe da Resex Terra Grande - Pracuúba, e Diana Meneses, Chefe da Resex Mapuá, para realizar um diagnóstico preliminar sobre o potencial ecoturístico destas UC. Este trabalho foi realizado entre 3 e 12 de novembro último pela turismóloga do Instituto Peabiru, Ana Gabriela Fontoura. Esta ação pode ser visualizada na revista "ICMBio em Foco", na edição 223, de 23 de novembro de 2012.

Floresta Nacional de Caxiuanã

Esta unidade, criada em 1961, é de responsabilidade do ICMBIO e do Instituto Brasileiro de Florestas – IBF. Como dito anteriormente, mesmo com mais de meio século de existência, 52 anos para ser preciso, esta unidade ainda não possui seu Plano de Manejo.

Considerando esta questão e o fato altamente relevante do Museu Paraense Emílio Goeldi possuir uma base científica na unidade, a Estação Científica Ferreira Penna, é que o Programa Viva Marajó propôs uma maior atenção à zona de nula intervenção desta unidade, que deveria ser vocacionada para a pesquisa científica. Ao mesmo tempo, como existem comunidades tradicionais na unidade, as áreas de manejo deveriam considerar o manejo comunitário. O importante é que a proposta de plano de manejo elaborada pelo MPEG seja considerada como parte do Plano Marajó e seja discutida no âmbito do Território da Cidadania.

RDS Itatupã-Baquiá

O Programa Viva Marajó iniciou um debate para estudar formas de contribuir para a RDS, esforço este que deverá ser retomado.

Além disto, paralelamente a nossos trabalhos, o IEB realizou o *Estudo para avaliar a situação dos conselhos gestores de três unidades de conservação na região do Marajó no Estado do Pará: Resex Terra Grande-Pracuúba, Resex Mapuá e Flona de Caxiuanã.* Esta primeira proposta, financiada pelo Fundo Vale cobre parte das UCs do Marajó e inicia o processo de discussão da política pública para a Mesorregião.

Legenda: Salvaterra, praia da cidade, Foto: Fernanda Belich.

- **Unidades de conservação propostas**

Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS do Lago do Arari

Desde 2011 o *Viva Marajó* apóia o diálogo local, envolvendo pescadores e moradores e a Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Arari, no entorno do Lago Arari, nos municípios de Santa Cruz do Arari e Cachoeira do Arari, para a criação de uma RDS. A urgência desta proposta relaciona-se a drástica diminuição da pesca no lago, levando a uma situação crítica aos moradores da região.

Legenda: oficina com o CODETEM e Instituto Peabiru na SEMA-PA para a discussão de categoria de unidade de conservação.

Recomendação de candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera para a mesorregião do Marajó

A partir do *Escuta Marajó* o *Viva Marajó* verificou que ser marajoara é uma autodenominação dos 16 municípios do Marajó e não apenas os 12 que constituem o Arquipélago, e por consequência, a APA do Marajó. Afirme-se, ainda, que o programa da UNESCO se denomina *Homem e Biosfera,* daí o *ser marajoara* anteceder outros eventuais critérios geográficos. Desta forma, uma vez que a candidatura da SEMA não foi ainda apresentada, recomenda-se discutir a oportunidade de considerar os 10,4 milhões ha da mesorregião como área total da proposta de Reserva da Biosfera.

Acrescente-se, ainda, que o processo de consultas locais pela SEMA, tão expedito (anterior a 2009) e pouco inclusivo, gerou certo desconforto em diversas comunidades locais que não se sentiram devidamente consultadas.

Legenda: moradia ribeirinha, em Curralinho, foto: Nailana Thiely.

7.1.4 Conclusões e Aprendizados

O primeiro aprendizado refere-se à priorização da candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera, pela Secretaria de Meio Ambiente. Na medida que esclareceram-se os muitos procedimentos que antecedem a candidatura (definição da zona núcleo de forma consistente, consulta e efetivo envolvimento da população local, discussão com o Ministério do Meio Ambiente sobre as reservas da biosfera no Brasil etc.) e, em função de mudanças políticas substantivas na política estadual – inclusive apoiando a instalação de pólo arrozeiro no Marajó antes mesmo da definição do que deve ser protegido por meio de unidades de conservação –, ficou patente que a candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera se tornou proposta secundária. No entanto, como afirmado acima, a necessidade de ordenamento territorial e conservação da biodiversidade, da água e das populações tradicionais se torna ainda mais emergencial.

O segundo aprendizado, que surgiu no processo do *Escuta Marajó* relaciona-se ao fato que o termo *Reserva* desperta localmente o sentimento de que se pretende *imobilizar*, *congelar* o Marajó, impedindo-se atividades econômicas, mesmo de subsistência. Esta compreensão, cientificamente

inadequada, certamente se relaciona ao baixo nível de educação ambiental e do baixo nível de informação e empoderamento local acerca de questões essenciais – e muitas vezes tratadas separadamente –, como a conservação da biodiversidade, da água, dos conhecimentos tradicionais e patrimônio material (especialmente o arqueológico, no caso do Marajó). Daí a reação inicial da maioria em rechaçar a proposta de *Reserva* da Biosfera.

Compreendido este impasse conceitual e semântico, o *Viva Marajó* propõe que se discuta a oportunidade que enseja o Programa Homem e Biosfera – MAB, da UNESCO, a partir do conceito de *Território da Biosfera*, substituindo, provisoriamente, o termo *Reserva*. Este é, deveras, um conceito compatível com outra política pública – a de Território da Cidadania. De qualquer maneira, o lançamento de uma futura candidatura para a Reserva da Biosfera deve ser precedido de um profundo trabalho de socialização de conceitos, das oportunidades que esta enseja, e do alinhamento desta proposta às estratégias públicas de ordenamento territorial.

O terceiro aprendizado refere-se à necessidade de proceder à regularização da APA do Marajó. É urgente que se esclareça o significado da APA do Marajó e de sua diferenciação perante as outras categorias de unidades de conservação para a população, assim como crie-se seu conselho deliberativo e plano de manejo.

O quarto aprendizado refere-se à importância de fortalecer o diálogo entre órgãos públicos relacionados à conservação (SEMA e ICMBIO) com aqueles de regularização fundiária (SPU, INCRA e ITERPA), com o efetivo envolvimento da comunidade local, por meio do CODETEM.

O Encontro *Olhar Marajoara sobre a Regularização Fundiária* permitiu que lideranças marajoaras indicassem novas áreas para a conservação, a partir do uso sustentável (destinação comunitária) e para a conservação integral (proteção da fauna e flora) nos 8 milhões de hectares a serem ainda regularizados na Mesorregião do Marajó (ressalve-se que dos 10,4 milhões de hectares, cerca de 2,4 milhões estão com a vocação fundiária definida), especialmente nas partes oriental e central do Marajó.

O diálogo entre SEMA e o CODETEM sobre o processo de definição da melhor categoria para a unidade estadual prevista na costa de Soure e Chaves demonstra a importância de envolver a sociedade civil na consulta prévia, evitando-se os problemas de superposição como no Parque Estadual Charapucu.

Como aventado anteriormente, é preciso que os próprios marajoaras se apropriem dos conceitos, da legislação e decidam sobre suas próprias vidas, e se perguntem – de que maneira podemos nos beneficiar – em termos ambientais, sociais, econômicos e culturais – com a declaração do Marajó como Reserva da Biosfera, pelo Programa MAB-UNESCO?

Legenda: Grupo Cuiapitinga de Curralinho se apresenta no Dia do Marajó em Belém.

7.1.5 Desafios e próximos passos

Entre os principais desafios do Sub-programa de Áreas Protegidas do *Programa Viva Marajó* estão:

- Realizar reunião com IEB e IFT para discutir o *Estudo para avaliar a situação dos conselhos gestores de três unidades de conservação na região do Marajó no Estado do Pará: Resex Terra Grande - Pracuúba, Resex Mapuá e Flona de Caxiuanã,* e apresentar propostas à reunião com Rede, como proposta abaixo;
- Realizar reuniões de consulta ao MMA em relação aos sítios RAMSAR e como está a política federal para as Reservas da Biosfera;
- Realizar **reunião da Rede Marajó da Sociedade Civil sobre áreas protegidas**, como preparatória de seminário de áreas protegidas no Marajó – esta visa, primordialmente, envolver a rede na discussão da proposta de Reserva da Biosfera e as unidades de conservação e demais medidas de caráter ambiental;
- Realizar **seminário sobre áreas protegidas no Marajó**, envolvendo os diferentes atores (SEMA-PA, ICMBIO, IBF, SIPAM, SPU, ITERPA, IDEFLOR, organizações da sociedade civil local e atuantes na região e outros) visando discutir estratégias de conservação para o Marajó. Nesta ocasião propõe-se

discutir as ações de cada órgão e as oportunidades de contribuir para a conservação da região;

- Proposta de **Grupo de Trabalho no Colegiado do Território da Cidadania** – discutir a oportunidade de propor um Grupo de Trabalho no Colegiado do Território da Cidadania, para tratar a questão de critérios e importância das áreas protegidas. Grupo este que poderia, ainda, abranger as questões relacionadas a ciências, meio ambiente e patrimônio cultural.
- **Plano de Manejo e Conselho Consultivo da APA do Marajó** – contribuir com a SEMA-PA no processo de preparação do Plano de Manejo da APA do Marajó, e criação do Conselho Consultivo, conforme determina o SNUC;
- **Criação e/ou ampliação de unidades de conservação** – contribuir com o ICMBIO, o IBF e a SEMA-PA no processo de criação, ampliação e planos de manejo das unidades de conservação do Marajó;
- **Criação de um grupo de trabalho** relacionado à questão do uso de recursos aquáticos – lagos, rios, canais, manguezais e região costeira –, envolvendo o Ministério da Pesca e a Secretaria de Pesca do Estado do Pará e as Colônias de Pesca e o CODETEM;
- **Lista de Espécies** – Publicação de nova lista de espécies de flora e fauna, atualizada e, se possível, com a espacialização das informações, recomendação de prioridades para a conservação. Propõe-se, ainda, como prioritária a realização de seminário cientifico para este fim. Este deverá, inclusive, atualizar lista de espécies ameaçadas no nível estadual.
- Realizar **Estudo preliminar para proposição do Marajó como Sitio RAMSAR**, junto a UNESCO.
- Ampliar e publicar a **Bibliografia Marajó** – buscando validar e ampliar a bibliografia, inclusive, apresentando versão resumida para ampliar o acesso do publico às problemáticas regionais.

Trata-se, certamente, de uma relação preliminar de ações, para ser discutida entre os diferentes atores do Marajó.

7.2 Ordenamento territorial

7.2.1 Objetivo específico

No que tange ao sub-programa de ordenamento territorial, em consonância com a *política de áreas protegidas* acima apresentada, a proposta é apoiar a completa regularização fundiária da mesorregião, com ênfase: a) na implementação do macrozoneamento, b) no reconhecimento e regularização dos

territórios quilombolas, c) na ampliação dos assentamentos agroextrativistas, entre as demais políticas públicas fundiárias necessárias.

Legenda: coleta de açaí e, Curralinho. Foto: Suane Melo.

7.2.2 Estratégias

Perante o desafio do ordenamento territorial do Marajó, a estratégia adotada, em consonância com o apresentado acima acerca das áreas protegidas, baseia-se em três vertentes: a) apoiar o observatório de políticas públicas; b) fortalecimento de capacidades humanas para discutir as políticas públicas desta área; e c) geração de conhecimento para subsidiar o observatório de políticas públicas.

A primeira vertente – observatório de políticas públicas – tem como estratégia principal, o acompanhamento das ações dos órgãos públicos relacionados à área fundiária, a nível estadual (ITERPA) e federal (SPU e INCRA), bem como monitorar as ações relacionadas no Território da Cidadania do Marajó.

A segunda vertente – fortalecimento de capacidades humanas para discutir as políticas públicas – realiza-se por meio da promoção de capacitações, reuniões de planejamento e preparatórias de trabalhos de membros de organização da sociedade civil local. A terceira vertente – geração de conhecimento – executa-se por meio de revisões de documentos, pesquisas e elaboração de mapas e documentos. A seguir, apresentamos as principais ações no período.

7.2.3 Principais ações

Conforme as estratégias acima expostas, as ações são de três naturezas, a saber:

7.2.3.1 Apoio a o observatório de políticas públicas

7.2.3.1.1 Apoio a realização de eventos na temática

- **Apoio a realização do 1º Encontro de Gestão Territorial do Marajó: Um Olhar Marajoara sobre a Regularização Fundiária**

De 18 a 20 de novembro de 2011, em Ponta de Pedras, foi realizado o 1º Encontro de Gestão Territorial do Marajó: Um Olhar Marajoara sobre a Regularização Fundiária. Na ocasião, 41 instituições formularam a *Carta de Ponta de Pedras*, sobre os desafios da região quanto ao ordenamento fundiário. A partir deste documento, reforçaram-se processos de destinação de terras para assentamentos agroextrativistas do INCRA, como é o caso de processos em andamento em Gurupá e Afuá. O encontro apontou, também, as regiões ainda pouco favorecidas na destinação de terras para o agroextrativismo, como Chaves, Salvaterra e Santa Cruz do Arari[10], além de questionar os critérios para a criação de unidades de conservação de proteção integral pelo Estado do Pará e apontou a necessidade em se dar mais atenção para os problemas ambientais do lago Arari.

- **Apoio a ação local em Gurupá**

Em 2011, após discutir os resultados da *Escuta Marajó*, o STTR Gurupá, a Casa Familiar Rural, e membros do CODETEM, entre outros parceiros locais, mobilizaram cerca de três mil pessoas para exigir ações do INCRA no fomento e destinação fundiária no município, em uma área prevista de 312 mil ha.

- **Apoio a reuniões para novos assentamentos estaduais em Portel**

O Viva Marajó foi participante ativo no fórum, liderado pelas organizações públicas estaduais IDEFLOR, ITERPA e SEMA, junto com lideranças locais de Portel e

[10] Nestes municípios inexistem Unidades de Conservação ou assentamentos. Apesar disso, após a divulgação da Carta de Ponta de Pedras, em Chaves houve visitas de técnicos do INCRA, articuladas pelos secretários municipais de agricultura e de meio ambiente, membros do CODETEM. Graças a este evento, foi o INCRA realizou visitas às comunidades quilombolas de Salvaterra, em processo de cadastro e demarcação. Em Santa Cruz, a prefeitura municipal tomou a iniciativa de discutir uma Unidade de Conservação para o Lago Arari.

do CODETEM, e outros, para a elaboração de proposta para que uma área de 500 mil ha fosse destinada para o manejo comunitário. O instrumento legal para tal procedimento é o *Decreto de Reserva*, para que a área, posteriormente, transforme-se em Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas – PAEX. Precisamente, são cinco áreas envolvidas: Acutipereira; Alto Camarapí, Acangatá; Jacaré-purú; e a gleba Joana Peres II. Em 30 de outubro de 2012, por meio de decreto nº 579 foi homologado este Decreto de Reserva. Trata-se de questão de alta relevância, seja pela dimensão da área, seja pela forma que a política pública estadual foi conduzida.

Legenda: 1º Encontro de Gestão territorial do Marajó,
Ponta de Pedras, novembro de 2011.

- **Apoio a reuniões para novos assentamentos estaduais em Portel**

O Viva Marajó foi participante ativo no fórum, liderado pelas organizações públicas estaduais IDEFLOR, ITERPA e SEMA, junto com lideranças locais de Portel e do CODETEM, e outros, para a elaboração de proposta para que uma área de 500 mil ha fosse destinada para o manejo comunitário. O instrumento legal para tal procedimento é o *Decreto de Reserva*, para que a área, posteriormente, transforme-se em Projetos Estaduais de Assentamentos Agroextrativistas – PAEX. Precisamente, são cinco áreas envolvidas: Acutipereira; Alto Camarapí, Acangatá; Jacaré-purú; e a gleba Joana Peres II. Em 30 de outubro de 2012, por meio de decreto nº 579 foi

homologado este Decreto de Reserva. Trata-se de questão de alta relevância, seja pela dimensão da área, seja pela forma que a política pública estadual foi conduzida.

Legenda: oficina de planejamento em Acutipereira, Portel, janeiro de 2012.

- **Apoio a assentamentos agroextrativistas em Chaves**

O Viva Marajó e o CODETEM apoiaram a iniciativa local da Prefeitura Municipal de Chaves e outras organizações, para que o INCRA decretasse assentamentos agroextrativistas em cerca de 4,8 mil ha.

7.2.3.1.2 Fortalecimento de capacidades humanas

- **Participação em curso do IMAZON**

Em 2010 o IMAZON ofereceu curso de capacitação em georreferenciamento, o que capacitou a equipe do Viva Marajó para a preparação do Mapa Fundiário do Marajó. O curso também capacitou membros das organizações civis locais.

7.2.3.1.3 Geração de conhecimento para subsidiar políticas públicas

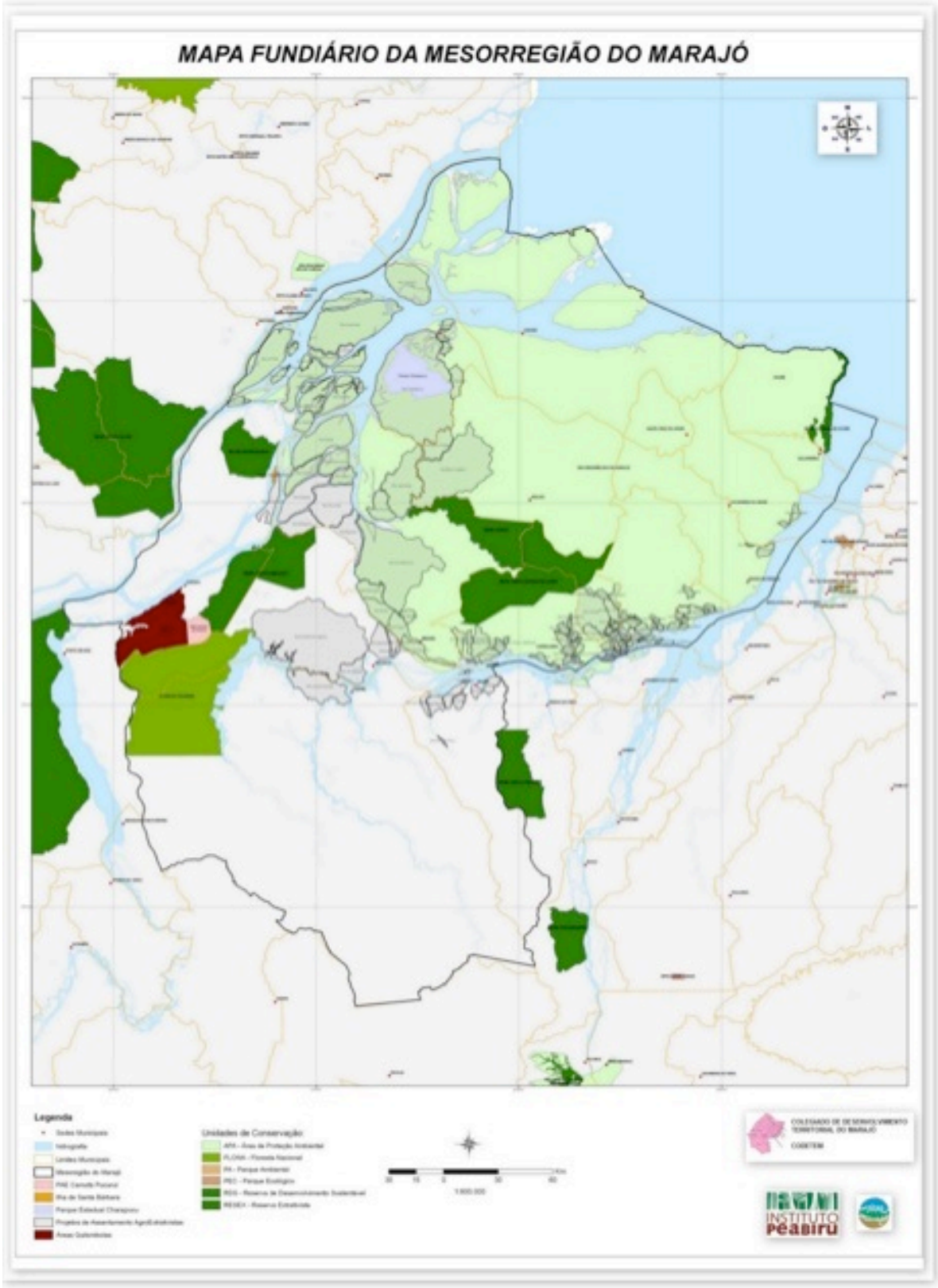
- **Elaboração do Mapa Fundiário do Marajó**

O *Programa Viva Marajó* elaborou em 2011 o *Mapa Fundiário do Marajó*, a partir de *shapes* coletados junto a órgãos fundiários e ambientais relativos a 2010 e 2011[11]. Este apresenta, pela primeira vez, o ordenamento territorial de 26% do Marajó (2,7 milhões ha dos 10,4 milhões de ha da mesorregião do Marajó). Esta área destina-se a terras quilombolas, unidades de conservação de uso sustentável e assentamentos agroextrativistas. O mapa demonstra que apesar do avanço da política fundiária, o desafio é ordenar a destinação de 74% do território marajoara.

Este ferramenta de trabalho e reflexão da sociedade civil e do governo sobre a problemática territorial, possibilitou a estes atores discutirem em pé de igualdade os rumos trilhados, resultados alcançados, e o que ainda falta alcançar. Isto se evidencia no evento de Ponta de Pedras sobre a regularização fundiária, onde o mapa subsidiou a oficina promovida pelo *Viva Marajó,* para a destinação de outras áreas tanto para a conservação como onde se deveria priorizar ações de cunho social. Ressalte-se, ainda, que diversas cópias deste mapa foram entregues, impressas e em formato PDF para diversos atores – órgãos públicos, associações de trabalhadores rurais, sindicatos, colônia de pescadores etc.

Legenda: Escola de São Miguel, São Miguel dos Pararijós, Breves,foto: Fernanda Martins.

[11]SEMA, INCRA, ICMBIO, SPU e ITERPA. A sobreposição dos *shapes* foi feita à pedido do Instituto Peabiru pelo SIPAM.



- **Relatório de superposição de unidade de conservação e assentamento**

Como visto acima, no item unidades de conservação, o Programa Viva Marajó, graças ao *Mapa Fundiário do Marajó,* foi quem identificou para o INCRA e a SEMA a sobreposição do *Parque Estadual Charapucu* e o *Assentamento Agroextrativista Afuá*. Estas políticas publicas conflitantes exigem imediata ação para não prejudicar as 150 famílias usuárias da área do Charapucu, alem de não suspender o processo de criação de novas unidades, tanto de assentamento como de unidades de conservação.

7.2.4 Conclusões e aprendizados

Uma das importantes conquistas do *Programa Viva Marajó* é atribuir parâmetros métricos de materialidade para as políticas fundiárias, especialmente as federais. Pela primeira vez alcança-se visualizar, com clareza, o impacto da política pública de assentamentos (INCRA e ITERPA) e áreas protegidas (ICMBIO, SFB e SEMA), a partir do *Mapa Fundiário do Viva Marajó*. Este demonstra que 26% do Marajó possui destinação fundiária definida (2,7milhões ha dos 10,4 milhões de ha da mesorregião do Marajó. É inquestionável que se trata de um destacável avanço, no entanto, há que se convir que o desafio é de destinar os outros 74% do Marajó (superfície três vezes maior que aquele definida).

Uma das questões mais urgentes é a dos territórios quilombolas, especialmente aqueles em conflito fundiário (em Salvaterra e Cachoeira do Arari). De forma resumida, o *Programa Viva Marajó,* nestes três anos, identificou e iniciou discussões sobre o ordenamento territorial em cerca de 905.017 hectares[12], correspondentes a 9% da mesorregião do Marajó. Este esforço beneficiaria diretamente pelo menos 2.844 famílias[13] (3% das famílias do Marajó).

[12] Este trabalho ocorre, simultaneamente, em cinco modalidades fundiárias: Apoio para criação de áreas protegidas – 41 mil hectares de novas unidades em discussão; Apoio a plano de manejo de Unidades de Conservação existentes – 64 mil ha; e apoio a novos assentamentos agroextrativistas – 788 mil ha de novos assentamentos em discussão; Assessoria na mediação de conflitos de destinação fundiária - 65 mil ha.

[13] Este número certamente é maior, porem faltam dados sobre as famílias usuárias das áreas em análise.

7.2.5 Desafios e próximos passos

7.2.5.1 Apoio ao observatório de políticas públicas

A proposta é realizar pelo menos duas reuniões anuais de monitoramento de políticas públicas, com a geração de cartas que apresentem as principais demandas e o resultado do monitoramento.

A prioridade, a princípio, e deve ser revisada na primeira reunião preparatória do Viva Marajó e CODETEM, deve ser para:

- Os territórios quilombolas (especialmente em Salvaterra, Cachoeira do Arari e Gurupá);
- os assentamentos agroextrativistas (especialmente na área oriental da Ilha do Marajó);
- os instrumentos públicos, como o macrozoneamento.

7.2.5.2 Fortalecimento de capacidades humanas

A proposta é realizar novo curso de capacitação em manipulação de sistemas de cartografia digital (SIG), para o que será solicitado apoio ao IMAZON e outras entidades.

7.2.5.3 Geração de conhecimento para subsidiar políticas públicas

7.2.5.3.1 Mapa Fundiário do Marajó

A proposta é difundir o *Mapa Fundiário do Marajó*, a partir de uma versão mais atualizada, impressa e distribuída localmente e para organizações que trabalham na temática.

7.2.5.3.2 Relatório sobre ordenamento territorial

É importante consolidar os conhecimentos e refletir sobre as políticas publicas e produzir um relatório atualizado do ordenamento territorial no Marajó.

Certamente outras ações deverão ser pensadas pelo conjunto de atores e fazer parte desta proposta.

7.3 Assessoria a organizações locais

7.3.1 Objetivo específico

O objetivo especifico deste sub-programa é apoiar o *fortalecimento de organizações locais, especialmente de entidades relacionadas a povos e*

comunidades tradicionais. Como observamos no item *público preferencial* acima, a prioridade do *Programa Viva Marajó* é para o fortalecimento de organizações da sociedade civil que representem estes grupos.

Legenda: rabeta em Santa Cruz do Arari. Foto: Fernanda Belich.

7.3.2 Estratégias

São quatro as estratégias propostas: a) mapeamento de atores; b) apoio e assessoria para organizações locais; c) capacitação técnica para organizações locais; e d) organização da Rede Marajó da Sociedade Civil.

A partir do reconhecimento das dificuldades enfrentadas pela sociedade civil organizada marajoara em planejar e realizar a gestão das ações propostas pelo Colegiado para o Marajó – seja em função do isolamento destas entidades, de sua pequena dimensão, de depender essencialmente de trabalho voluntário e de sua fragilidade institucional –, o *Programa Viva Marajó*, a partir de março de 2011 estabeleceu um mecanismo de apoio às atividades da sociedade civil local, por meio da mobilização do CODETEM. Afinal, o Colegiado Territorial do Marajó reúne mais de trinta organizações.

Esta estratégia multitarefas incluiu: a) o apoio à realização de eventos do CODETEM e participação do CODETEM em eventos; b) apoio na realização de encontros com diferentes atores públicos (Ministério Público Estadual e Federal,

órgãos federais, estaduais e municipais etc.), e; c) apoio ao processo de devolutória da *Escuta*, a saber:

a) **O apoio à realização de eventos** – trabalhou-se com o Colegiado na análise de suas problemáticas, na identificação de prioridades, no conteúdo das discussões dos eventos, nas metodologias e na identificação do produto final dos eventos, além de realizar o apoio logístico e financeiro;

b) Apoio na realização de encontros do CODETEM com atores públicos – Devido a diversos problemas administrativos da entidade gerenciadora dos recursos do Colegiado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o CODETEM deixou de realizar uma série de articulações, reuniões internas e agendas com órgãos governamentais e da sociedade civil. O *Programa Viva Marajó* passou a contribuir para a maior presença de lideranças do Colegiado em diversos eventos, inclusive contribuindo como facilitadores de processo e no planejamento de atividades;

c) apoio ao processo de devolutória da Escuta – o CODETEM apoiou as devolutórias dos resultados do Diagnóstico Socioeconômico do Marajó - *Escuta Marajó* por meio da mobilização local. O próprio Colegiado identificou este processo como uma grande oportunidade para reavivar sua atuação em todo o território marajoara. Esta cooperação foi de fundamental importância na promoção da efetiva reflexão sobre a *Escuta*, especialmente no que se refere à avaliação do Plano Marajó, do governo federal.

Legenda: embarcações em Afuá. Foto: Nailana Thiely.

7.3.3 Principais ações

As ações se realizaram da seguinte forma, a saber:

7.3.3.1 Mapeamento de atores

Como parte do *Escuta Marajó,* em 2010 foi realizado um primeiro mapeamento de atores do Marajó. Este inclui as organizações públicas e privadas, com destaque para as de povos e comunidades tradicionais. Comente-se que esta é uma ferramenta permanente de trabalho. Entre suas funções estava a de mobilizar pessoas para o *Dia do Marajó* e divulgar ações do Programa. Este mapa permitiu compreender, por fim, a situação das organizações da sociedade civil local, sua atuação, suas necessidades de capacitação e seu envolvimento nas redes locais.

7.3.3.2 Apoio e assessoria para organizações locais

O CODETEM destacou-se, claramente, como a principal rede local, a de maior abrangência temática e territorial, daí a prioridade do *Viva Marajó* na parceria com o CODETEM.

7.3.3.2.1 Apresentação e discussão do Diagnóstico Socioeconômico - *Escuta Marajó*

Em três anos, o Viva Marajó, juntamente com o CODETEM, realizou 32 ações de campo: a) apoio a três grandes encontros do CODETEM; b) dez reuniões devolutórias da *Escuta Marajó*; c) quatro oficinas de cadeias de valor (Curralinho e Portel), apresentação do documentário Expedição Viva Marajó (em 15 municípios); d) cinco participações em eventos de terceiros, bem como diversas reuniões de pequeno porte. Importante asseverar que o CODETEM sempre esteve presente, primeiramente convocando participantes, e nos eventos, animando as atividades, com mobilizadores voluntários. Muitos destes eventos, especialmente as escutas, e encontros do CODETEM resultaram, em documentos com demandas para órgãos públicos, denominados *cartas* (ex. Carta de Portel).

Além do 1º Encontro de Gestão Territorial do CODETEM, dedicado à questão fundiária (vide acima, no item *ordenamento territorial)* foram realizados outros dois grandes eventos regionais do CODETEM, que contou, também com a participação da Associação dos Municípios do Marajó – AMAM, a saber:

O *2º Encontro de Gestão Territorial do Marajó: Um Olhar Marajoara sobre a Educação,* promovido pela Associação dos Municípios do Marajó – AMAM, CODETEM e Instituto Peabiru, entre 28 a 30 de abril de 2012, na sede municipal de Portel, com 56 entidades governamentais e não governamentais, e mais de 200 representantes, tratando sobre os rumos da educação no Marajó. Ao final, elaborou-se a *Carta do Território da Cidadania do Marajó Sobre a Educação Ribeirinha*, cuja veiculação nos meios de comunicação e mídias sociais trouxe o Governo Federal para a mesa de negociações. *A carta foi entregue ainda à equipe da Presidente Dilma Rousseff*", informou o secretário executivo da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (Amam), Jaime dos Santos em maio de 2012.

Legenda: 2º Encontro de Gestão Territorial do Marajó, Portel, março de 2012.

a) O intuito é estabelecer mecanismos para a melhoria da educação regional. Na *Marcha dos Prefeitos*, entre 16 e 17 de maio de 2012, foi exibido a representantes da Casa Civil da Presidência da República o vídeo-documentário do encontro de Portel, que apresenta as demandas na área da educação, entre outras demandas urgentes para o Marajó;

Legenda: Reunião na SAGRI, da esquerda para a direita – Alan Mansur, MPF; Hildegardo Nunes, SAGRI; Johannes Ecke, Casa Civil da Presidência da República; e outro. João Meirelles e Assunção Novaes (Cacau) estavam a seguir, Belém, setembro de 2011.

b) *Encontros com órgãos públicos* – Em dois momentos, em 15 de setembro de 2011, e em 4 de maio de 2012, representantes da Casa Civil da Presidência da República e do Ministério da Integração Nacional, ouviram da sociedade civil e prefeitos municipais sobre a situação de letargia do *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó – Plano Marajó,* elaborado em 2007 no Governo Federal. Graças ao fortalecimento do CODETEM e a parceria com a AMAM, foi possível convencer a União que o monitoramento das diretrizes do Plano Marajó passassem a contar com uma base de monitoramento no Pará e não mais em Brasília. Desta forma, o governo federal decidiu que a SUDAM passaria a organizar o comitê gestor do Plano, sediado agora em Belém. Em 4 de maio de 2012, representantes do Ministério da Integração Nacional anunciam o monitoramento do Plano Marajó a ser feito no Pará pela Sudam (o que até o momento não ocorreu);

c) Comente-se, ainda, outro evento, ocorrido em Gurupá, entre 4 a 6 de outubro de 2011, para se debater a Operação Xingu (relacionada a Belo Monte). Nesta ocasião, cerca de 30 lideranças locais participaram da devolutória da *Escuta Marajó*, empoderados pelos dados apresentados pelo *Programa Viva Marajó*, reuniram-se com outras lideranças e realizaram manifestação exigindo do

Governo Federal ações de melhoria da qualidade de vida (educação, saúde, transporte etc.) que não fossem apenas assistencialistas e paliativas;

d) *Apoio ao CODETEM no pleito pela implementação de agências do Banco do Brasil no Marajó* – a partir de reunião entre o Ministério Público Federal e, em um segundo momento, com este e o Banco do Brasil, em 14 de dezembro de 2011, o Banco do Brasil se comprometeu, oficialmente, a instalar dez agências bancárias nas sedes dos municípios (até março de 2012 – o que ainda não ocorreu), como parte do compromisso do governo federal previsto no Plano Marajó[14].

Legenda: evento Fala Melgaço, Melgaço.

e) Destacam-se ainda: a) Reunião da retomada de discussões do Plano Marajó, na Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI, em 15 de setembro de 2011, com a Casa Civil da Presidência da República, e governo do estado do Pará, por meio da Secretaria de Agricultura;

f) Reunião com Técnicos da Diretoria de Áreas Protegidas – DIAP/SEMA, para a elaboração de proposta conjunta sobre o ordenamento pesqueiro da costa dos

[14] http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2011/noticias/bb-confirma-possibilidade-de-instalacao-de-dez-agencias-no-marajo-ate-marco

municípios de Soure e Chaves, visando a criação de Unidades de Conservação na área, em 16 de março de 2012[15];

g) O *Dia do Marajó* sobre o Linhão do Marajó. Neste evento, em 5 de julho de 2011 no SESC Boulevard, Pedro Barbosa (AMAM) e Ivan Aragão (CELPA) apresentaram as estratégias de implantação da transmissão elétrica no Marajó a partir da hidrelétrica de Tucuruí;

h) O Viva Marajó e o CODETEM realizaram reuniões com o SPU sobre a questão de domínio de terras entre Estado do Pará e Federação; com o MDA, com CNS, FETAGRI, GTA, Emater e SESPA- regional de Breves;

i) O Viva Marajó participou em eventos de grande mobilização em prol da melhoria da qualidade de vida da população marajoara como o *Chamado dos Povos da Floresta*, agosto de 2011, em São Sebastião da Boa Vista promovido pelo CNS; e Grito dos Povos das Águas e da Floresta, outubro de 2011 em Gurupá, promovido pelo STTR de Gurupá;

j) Em 2012 realizou-se uma série de atividades relacionadas à questão dos arrozeiros em Cachoeira do Arari: a) um *Dia do Marajó*, em fevereiro, com o acompanhamento do Ministério Público Estadual, em que as mais de cinquenta lideranças presentes solicitaram a realização de audiência pública na região (até o presente não ocorrida); b) elaborou-se artigo divulgado na ENVOLVERDE, importante web-site ambiental e amplamente divulgado (assinado pelo CODETEM, Instituto Peabiru, Diocese de Ponta de Pedras e a pesquisadora do MPEG, Ima Vieira), e que suscitou, por sua vez, c) uma reunião com a Secretaria de Meio Ambiente (conduzida pelo Secretário de Estado de Meio Ambiente) e a Secretaria de Agricultura do Pará entre outros; d) e também resultou no envio

[15] No evento de Ponta de Pedras, com a apresentação do Sr. Crisomar Lobato, técnico da SEMA e idealizador das discussões para a Reserva da Biosfera do Marajó, este apresentou a proposta da Secretaria para a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Marajó. Um dos temas mais polêmicos foi a pretensão da Secretaria em criar uma Reserva Biológica na costa de Soure, ao que os representantes dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados ao setor pesqueiro, questionaram a UC por entenderem que prejudicaria os pescadores artesanais da região. Este fato ficou registrado na Carta de Ponta de Pedras, suscitados pela pressão da carta, assinada pelos técnicos presentes no evento em nome da Secretaria, os técnicos da DIAP/SEMA contataram o Instituto Peabiru para mediar uma reunião onde o CODETEM se comprometeu a apresentar uma contraproposta para a área. Munidos de capacitação técnica fornecida pelo Viva Marajó, sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, os representantes do Colegiado entenderam que a alternativa mais viável seria a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS. Nesta reunião, dia 16/03/2012, conseguiu-se um consenso entre a proposta técnica da SEMA e a do movimento social, gerando assim o mapa do

(em maio de 2012[16]) de correspondência ao Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, sobre a questão do plantio de arroz em terras federais no Marajó.

O Viva Marajó e o CODETEM participaram, ainda, de diversas outras agendas acadêmicas e de pesquisa cientifica, com órgãos públicos diversos e sobre múltiplas temáticas, alem das acima expostas.

7.3.3.2.2 Capacitação técnica para organizações locais

Neste quesito, a prioridade foi apoiar os membros do CODETEM em três áreas: a) assessoria em planejamento estratégico; b) capacitação técnica sobre o sistema nacional de unidades de conservação e c) apoio na elaboração de propostas de mobilização de recursos.

Legenda: Momento histórico em que o Ministério Público Estadual observa os presentes ao Dia do Marajó (sobre a questão dos arrozeiros em Cachoeira do Arari) votarem pela realização de audiência pública acompanhada pelo MPE, em Cachoeira do Arari, SESC Boulevard, Belém, fevereiro de 2012.

a) assessoria em planejamento estratégico

O *Viva Marajó* contribuiu em duas ocasiões como facilitador do processo de planejamento estratégico do CODETEM, para aprimorar as capacidades

[16] http://envolverde.com.br/sociedade/brasil-sociedade/o-impacto-do-plantio-de-arroz-no-marajo/

humanas na atuação nos debates sobre meio ambiente, socioeconomia e cultura. A primeira ocasião foi entre 19 e 20 de janeiro de 2012, no auditório da Diretoria de Áreas Protegidas – DIAP/SEMA, para elaborar o planejamento estratégico para 2012. A segunda oportunidade foi entre 11 e 12 de junho de 2012, para se definir que do CODETEM deveriam compor quais Grupos de Trabalho.

b) capacitação técnica sobre o sistema nacional de unidades de conservação

Em 13 de março de 2012, na sede do Instituto Peabiru, membros do CODETEM foram capacitados sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, para subsidiar a contra-proposta de criação de unidade de conservação de uso sustentável na Costa de Soure e Chaves (o que inclui uma porção de águas marinhas e costeiras), junto à SEMA.

c) Apoio na elaboração de propostas de mobilização de recursos

Outra forma de colaborar foi apoiar a elaboração de propostas de mobilização de recursos com associados do CODETEM, com o objetivo de aumentar a sua autonomia financeira e capacidade de mobilização. Foram elaboradas duas propostas para a Petrobras.

- **Organização da Rede Marajó da Sociedade Civil**

Além do CODETEM como colegiado, ficou claro que seria necessário estabelecer uma rede que funcionasse como observatório de políticas publicas e discutisse prioridades para o Marajó. Neste sentido, foi proposta a *Rede Marajó da Sociedade Civil*. Não priorizamos devidamente esta ação. O Instituto Peabiru decidiu priorizar o apoio e fortalecimento do CODETEM, por considerar mais estratégico avançar nas discussões sobre áreas protegidas e ordenamento territorial com a sociedade civil local, bem como trabalhar para a construção do conceito de *Território Verde.* Com essa perspectiva, entende-se que a Rede Pró-Marajó deverá ser fortalecida num momento posterior. Considera-se essencial um processo preparatório que nos permita formar uma visão mais clara do papel da Rede Pró-Marajó para a construção do conceito de *Território Verde*.

7.3.4 Conclusões e aprendizados

A partir do ingresso do CODETEM como parceiro do programa, em 2011, houve significativo incremento da participação de lideranças comunitárias e de organizações públicas locais. Trata-se, principalmente, dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Colônias de Pesca, Associações de Trabalhadores Rurais.

No processo de devolutória, que passou por dez municípios, observamos que em municípios com maior organização social, como Afuá e Gurupá, houve maior envolvimento das comunidades locais, chegando-se a promover passeatas de reivindicação por melhorias das condições de saúde, educação e infraestrutura (como em Gurupá). Em localidades com histórica baixa mobilização do tecido social, como Muaná, ficou patente a dificuldade de reagir às informações repassadas na socialização da *Escuta Marajó*.

Em Afuá, por exemplo, o trabalho do Viva Marajó resultou no levantamento de necessidades perante organismos públicos, visando a melhoria da situação para os 19 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas existentes, com o apoio do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó – CODETEM.

Legenda: Devolutória da Escuta Marajó em Afuá, agosto de 2011.

Merece menção o fato de que o *Viva Marajó* passou a ser convidado para diversos eventos regionais, como o Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Afuá, em dezembro de 2011, com a participação de cerca de 600

pessoas. Na ocasião o *Viva Marajó* pode esclarecer a situação fundiária relacionada ao Parque Estadual Charapucu.

Em outro municípios onde houve o estudo das cadeias de valor, como em Curralinho, no caso do açaí, e em Portel, no caso da farinha de mandioca, foi possível fortalecer o processo da Escuta Marajó. Nestes casos, como vimos acima, encaminhamentos foram definidos de forma participativa com os públicos beneficiários.

Importante lembrar que são os grandes eventos regionais, como o de Ponta de Pedras, em novembro de 2011, e o de Portel, em março de 2012, que permitem o envolvimento de um grande numero de organizações. O *Viva Marajó* percebeu que não bastava realizar apenas a devolutória ou a discussão das cadeias de valor em eventos locais. Daí a estratégia de realizar grandes eventos regionais que permitem ao marajoara discutir o Marajó como um todo.

Outro aprendizado foi que mesmo sendo um projeto que visa apoiar uma ação de natureza ambiental, é preciso envolver atores locais de diversas áreas do conhecimento – educação, saúde, cultura etc.

Legenda: Devolutória da Escuta Marajó em Chaves, agosto de 2011.

7.3.5 Desafios e Próximos passos

A manter-se as quatro estratégias dos primeiros três anos – a) mapeamento de atores; b) apoio e assessoria para organizações locais; c) capacitação técnica para organizações locais; e d) organização da Rede Marajó da Sociedade Civil –,

discutindo-se com o CODETEM e a própria Rede Marajó da Sociedade Civil, uma vez ativada, a proposta é:

a) **mapeamento de atores** – atualizar o mapeamento de atores, e torná-lo acessível aos membros do CODETEM;

b) **apoio e assessoria para organizações locais** – prosseguir no processo de fortalecimento de capacidades humanas, ampliando o grupo de organizações locais diretamente beneficiadas.

c) **capacitação técnica para organizações locais** – priorizar a capacitação em gestão de organizações, captação de recursos, especialmente elaboração de propostas; e

d) **organização da Rede Marajó da Sociedade Civil –** revigorar a Rede Marajó, para avaliar os três anos de Programa, erros e acertos, e orientar as ações. A principio, a prioridade é discutir as áreas protegidas e o ordenamento territorial.

Como anteriormente mencionado, certamente outras ações serão estabelecidas no processo de debate coletivo.

Legenda: Avenida Rio Branco, Bagre. Foto: Rodrigo Pires.

7.4 Estruturação de cadeias de valor inclusivas

7.4.1 Objetivo específico

O Objetivo específico deste sub-programa é a apoiar a *estruturação de cadeias de valor inclusivas,* que possam se diferenciar no mercado e com

potencial de gerar benefícios socioeconômicos duradouros e consistentes para as populações locais. Além disto, estas deverão visar o melhor posicionamento da mulher e do jovem na cadeias de valor.

7.4.2 Estratégias

Importante comentar que a economia do Marajó encontra-se estagnada e, em alguns casos, em declínio acentuado, em contraponto ao *boom* econômico brasileiro. A implementação das políticas públicas inclusivas também merece maior atenção, tanto no nível estadual como federal, e especialmente aquelas capazes de permitir a retomada do crescimento econômico, baseado agora, nos princípios da sustentabilidade.

Legenda: evento de discussão das cadeias de valor, UFRA, Belém, abril de 2011.

A estratégia adotada pelo *Viva Marajó* neste sub-programa constituiu-se de: a) estudos sobre cadeias de valor; b) eventos de fortalecimento de atores locais; c) capacitações com produtores; e d) apoio na implementação de projetos piloto Há ainda uma área de trabalho que não foi iniciada: e) fortalecimento da Marca Marajó.

Nesta primeira etapa, a escolha das cadeias prioritárias baseou-se na proposta do Plano Marajó – o açaí, a farinha-de-mandioca, a pecuária e a pesca artesanal –. A nosso ver, esta priorização dependerá do ponto de vista das comunidades envolvidas no processo. Entre outras cadeias de valor que também

merecem nossa atenção e deverão receber atenção no futuro, estão – o ecoturismo de base comunitária e produtos florestais não madeireiros, como a andiroba[17] e o mel de abelhas nativas.

7.4.3 Ações

7.4.3.1 Estudos sobre cadeias de valor

7.4.3.1.1 Estudo de quatro cadeias de valor prioritárias

Em 2011 o *Viva Marajó*, em parceria com pesquisadores do Grupo de Pesquisa GEDADS, da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e em colaboração com o Museu Paraense Emílio Goeldi o estudo – *Cadeias produtivas, mercados e desenvolvimento sustentável.* Este foi coordenado pelo Professor Antonio Cordeiro, e constituiu-se de um diagnóstico das quatro cadeias de valor prioritárias definidas pelo Plano Marajó – açaí, farinha-de-mandioca, pecuária e pesca artesanal, conforme descrito abaixo. Apresentamos, brevemente, alguns comentários sobre as avaliações locais sobre estes estudos, a saber:

- **Açaí –** a pesquisa apresentou conclusões que foram bem recebidas pelo público do Rio Canaticu e autoridades do município de Curralinho. Além disso, descreve a realidade da produção de modo semelhante aos trabalhos feitos pela EMATER na região. Com uma organização social em que entidades como o STTR, Central de Associações do Rio Canaticu, ONG Lupa Marajó e comunidades locais são atuantes, O *Viva Marajó* entende que é oportuna a integração de esforços com estas instituições e o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG na criação de um sistema de monitoramento da produção de açaí, a partir das bases de informações geradas pelo relatório do MPEG;

[17] Estas prioridades poderão ser ampliadas ou revisadas, conforme as alianças locais e as necessidades das comunidades.

Legenda: A pesquisadora Dra. Regina Oliveira, do Museu Paraense Emílio Goeldi, acompanha processo de ensacamento de açaí no Rio Canaticu, em Curralinho, em setembro de 2011.

- **Farinha de Mandioca –** a análise da cadeia de valor da mandioca no município de Portel apresenta conclusões que refletem a realidade local, em relação a sua agricultura, com manifestações positivas do STTR Portel, EMATER e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Portel. A qualidade dos dados, o ambiente institucional e a possibilidade de fortalecer as capacidades organizativas de trabalhadoras rurais em Portel são pontos que convidam instituições como o Instituto Peabiru a continuar no fortalecimento da cadeia;
- **Pesca artesanal** – o estudo bem descreve as relações nas famílias que praticam a pesca artesanal nos municípios de Soure e Salvaterra. O relatório detalha, ainda, o cotidiano dos pescadores, os apetrechos que utilizam e toda a cadeia de comercialização do pescado existente. Essas conclusões permitem ao *Viva Marajó* desempenhar o papel de facilitador das atividades do CODETEM em relação ao ordenamento pesqueiro em Soure e Salvaterra. Relacionado a este tema está o mapa produzido pelo Instituto Peabiru para discutir unidades de conservação em áreas fluviomarinhas de pesca tradicional. Disciplinar esta atividade é um dos maiores desafios para a manutenção dos estoques pesqueiros do estuário amazônico;
- **Pecuária de corte e leite** – Também realizado em Soure e Salvaterra, o estudo é importante pela atualização de dados desta atividade. Descreve de modo detalhado o homem envolvido na pecuária, sobretudo na caracterização dos fazendeiros,e dos baixos níveis de tecnologia empreendidos. Quiçá a informação mais surpreendente da pesquisa seja a indicação, por alguns pecuaristas, de suas posses, entre 400 e 5 mil hectares. Ter conhecimento deste dado é importante para os debates de

regularização fundiária no oeste do Marajó, carente de destinação e reconhecimento das posses lá existentes.

Em abril de 2011, em seminário realizado na UFRA, o grupo de pesquisa apresentou os resultados dos estudos à sociedade, com documentos entregues e aguardando recursos para publicação. Além disto, o *Viva Marajó* realizou a socialização dos estudos de açaí e mandioca nos municípios tratados nos estudos, considerados estratégicos para o início das discussões sobre Território Verde do Marajó.

Em Portel, a equipe do Instituto Peabiru realizou duas oficinas de devolução do estudo da cadeia de valor da mandioca, ambas com mobilização feita pelo STR local, e contando com a participação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES e EMATER local. A primeira devolução ocorreu na sede do STR de Portel, e a segunda, na comunidade Castanhal, no rio Camarapi, ocasião em que se apresentou também a Escuta Marajó.

Em Curralinho, o *Viva Marajó* realizou a socialização dos estudos de açaí com a presença da pesquisadora Regina Oliveira, do MPEG, responsável direta pela pesquisa e da pesquisadora norte americana Monte Hendrickson da *Vanderbilt University*. As apresentações da cadeia de valor do açaí ocorreram na sessão extraordinária da Câmara Municipal de Vereadores de Curralinho, e na comunidade Boa Esperança, no Rio Canaticu.

Conforme a introdução do trabalho, *o objetivo deste diagnóstico foi mapear e analisar a realidade socioeconômico e ambiental das cadeias de valor do açaí, mandioca, pesca e pecuária, especialmente importantes para a sobrevivência da população do Marajó, e como elemento potencial para estruturar o crescimento da economia local em bases sustentáveis. Os produtos dessas cadeias de valor são representativos da economia do Marajó, pois contribuem fortemente para a ocupação de mão de obra e a segurança alimentar das famílias, além de gerar renda com a comercialização dos produtos para os mercados regionais. Todas as cadeias são intensivas no uso do trabalho e dos recursos naturais (terra, floresta, campos e água) e baixa dependência de insumos modernos externos. A tecnologia utilizada é a tradicional, com forte enraizamento na cultura e no conhecimento tácito das populações regionais. Isto significa que o desenho de políticas afirmativas de desenvolvimento rural para o Marajó, necessariamente, deve contemplar essas cadeias, em função da capilaridade social e do potencial para dinamizar as economias locais.*

Estes estudos aumentaram o conhecimento sobre as problemáticas relacionadas a estas cadeias e apontaram parâmetros para a elaboração de planos de desenvolvimento para cada cadeia.

Os resultados deste trabalho foram socializados em instituições da sociedade civil de ensino e de pesquisa, com destaque aos seguintes eventos: em Salvaterra, no Encontro de parceiros do Fundo Vale (12 de Abril de 2011), na Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém (29 de Abril de 2011), e em oficinas de socialização para os produtores, sobre o açaí e farinha-de-mandioca, em Curralinho e Portel, respectivamente.

Legenda: Orla de Afuá, foto: Nailana Thiely.

7.4.3.1.2 Outras ações

A partir destes estudos e dos resultados da *Escuta Marajó*, o *Viva Marajó* realizou as seguintes atividades:

- **Proposta de Estudo de viabilidade do bicitaxi como veículo urbano sustentável**

Em parceria com o escritório de design carioca NC Design, de Angela Carvalho, uma das principais designers do Brasil, o Viva Marajó elaborou proposta para realizar um estudo preliminar que permitirá propor o desenvolvimento de um veículo de pedalar, utilitário e que beneficie as comunidades produtoras em Afuá. Esta proposta encontra-se em captação de recursos.

Legenda: Entrevista da equipe do Instituto Peabiru na comunidade de São Miguel, em Breves. Foto: Rodrigo Pires.

Legenda: Bicitaxi, Afuá, registrado no processo do *Escuta Marajó, 2011.*

- **Proposta de fortalecimento do FLORESTAM no Marajó Ocidental**

O *Viva Marajó* realizou discussões com a equipe da EMBRAPA-AP para ampliar o FLORESTAM, programa para o manejo dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros do Marajó Ocidental e a região insular do Amapá. Esta proposta

interage com os esforços do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF-AP) que, por sua vez, está elaborando o Plano Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. A relação com o Marajó Ocidental é porque esta região é a principal fornecedora de matéria prima florestal.

- **Apoio a estudos sobre cadeias de valor do açaí**

O *Viva Marajó* apóia o estudo do International Institute of Social Science, da Erasmus University, de Roterdã, Holanda, relacionado à cadeia de valor do açaí, denominado *Sustainable Value Chains and Labour* – GOLLS, cujo trabalho de campo é realizado em Curralinho.

Em setembro de 2011 e posteriormente em setembro de 2012, o pesquisador australiano Lee Pegler, da Erasmus University, Roterdã, Holanda, parceiro do Instituto Peabiru, visitou o Rio Canaticu para melhor entendimento sobre o arranjo produtivo do açaí e seu potencial de mercado. Nesta atividade, o *Viva Marajó* mobilizou lideranças locais para acompanhar Lee Pegler em sua pesquisa de campo.

- **Eventos de fortalecimento de atores locais**

O *Viva Marajó* venceu o edital PNUD BRA/08/012, do Programa de Apoio ao Agroextrativismo e aos Povos e Comunidades Tradicionais, para a *Promoção do arranjo produtivo do açaí e da andiroba para Povos e Comunidades Tradicionais no Arquipélago do Marajó, Estado do Pará.* O início dos trabalhos está previsto para dezembro de 2012.

Conforme o edital, o objetivo geral é *promover o desenvolvimento e o fortalecimento de organizações, formais ou não, representativas de Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), no âmbito do Termo de Cooperação firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Ministério do Meio Ambiente - MMA. Especificamente, pretende-se apoiar iniciativas de promoção da segurança alimentar e nutricional, e de geração de renda para Povos Indígenas e Quilombolas por meio do desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais- APL do Plano Nacional de Promoção de Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade[18]. O trabalho a ser desenvolvido será focado em povos e comunidades tradicionais, especialmente quilombolas, e agricultores*

[18] Sociobiodiversidade é um conceito que se refere a bens e serviços (produtos finais, matérias primas ou benefícios) gerados à partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

familiares extrativistas do Arquipélago do Marajó/PA envolvidos no APL de açaí e andiroba.

Nesse processo serão implementadas atividades e ações de aperfeiçoamento da comunicação entre as instituições operadoras da cadeia produtiva do açaí e da andiroba, prestadoras de serviços, de apoio e de execução de políticas públicas; de planejamento e monitoramento da estratégia de melhoria e plano de ação do APL, aprimorando-se o mapeamento da cadeia e seu diagnóstico; de apoio ao núcleo gestor do APL; de desenvolvimento e fortalecimento de capacidades dos atores locais; e acesso ao mercado e às políticas públicas.

7.4.3.1.3 Capacitações com produtores

- **Oficinas para a melhoria da qualidade da farinha-de-mandioca**

Em 2011 foram realizadas três oficinas, de caráter piloto, em Portel. A primeira, no Rio Acuti-Pereira, foi dedicada ao planejamento e pactuação, para o fortalecimento da cadeia de valor da mandioca. Nesta ocasião verificou-se que a maior necessidade dos produtores relaciona-se à forma de fabricar a farinha (maior cuidado com os processos, principalmente com relação a higienização).

Identificou-se, igualmente, a necessidade de maior cuidado com o roçado – em função da prática de derrubada de áreas florestais para abertura de novos roçados –, onde não se organiza devidamente o espaço (roça) para o aumento da produção.

No relatório sobre a Cadeia de Valor da mandioca, pesquisa realizada pelo prof. Marcos Antônio dos Santos, este já apontava para as capacidades ímpares de produção de D. Julinha, desde sua casa de farinha modelo até a sua clientela seleta.

O Viva Marajó, desta forma, contratou a D. Julinha para realizar as oficinas de melhoramento da qualidade da farinha, visando não somente valorizar as potencialidades locais, como legitimar, junto às comunidades, as oficinas. Observe-se ainda, que como mulher Dona Julinha pode fortalecer a capacidade das mulheres produtoras, as mais assíduas nos encontros da cadeia de valor.

A segunda oficina, uma oficina-piloto, foi realizada no Rio Camarapí, onde D. Julinha, ministrou a *oficina de higienização da produção da farinha*, que contou com participação de cerca de 40 pessoas, destaque para o grupo de mulheres. Vale registrar que a partir do aprendizado neste curso, a produtora D. Diná

logrou vender uma saca de farinha, que antes comercializava a R$ 35,00 o fardo, por R$ 60,00 o fardo[19].

Legenda: oficina de beneficiamento de farinha da mandioca, em Portel, em fevereiro de 2012.

Utilizando a mesma metodologia apontada acima, em Curralinho, no Rio Canaticu, foi realizada oficina com as mesmas finalidades, de pactuar junto com as comunidades uma série de oficinas que atendam a suas necessidades. Com essas premissas, o Instituto Peabiru, durante os dias 24 e 25 de fevereiro de 2012 logrou pactuar com as comunidades a realização de capacitações sobre *Ferramentas de monitoramento da produção de açaí*.[20] e de *Gestão de Negócios*. Estas oficinas aguardam a disponibilidade de recursos para sua realização.

[19] Um fato interessante foi que depois da realização desta primeira oficina de beneficiamento, uma das mulheres que participou das atividades, D. Diná, nos relatou (durante o último encontro de gestão territorial do Marajó, ocorrido em Portel) que conseguiu grandes resultados quando começou a aplicar aquilo que havia aprendido durante a primeira oficina. Antes esta mulher, que é a grande responsável pela produção de sua família, conseguia produzir três fardos (60 Kg o fardo) de farinha num bom dia de trabalho, porém sem os devidos cuidados (como manuseio dos apetrechos, principalmente no tocante a limpeza, o que compromete a qualidade da farinha visto apresentar diversas impurezas) e os vendia a um preço de R$ 35,00 cada. Quando ela passou a produzir tomando os cuidados necessários para a fabricação da atividade, conseguiu produzir apenas dois fardos, mas agora a um preço de R$ 60,00 cada. Teve um acréscimo de R$ 15,00 em sua renda, sem alterar as horas trabalhadas (este relato nos foi feito somente oralmente, porém para o Ano 3, serão registrados não somente este, mas outros relatos como este quando houver)

[20] Importante salientar que durante as socializações da Escuta, ficou evidente que os dados oficiais (IBGE) sobre a produção foram muito questionados pela população local, porém eles não tinham dado algum sobre esta produção para poder refutar aqueles dados.

7.4.3.1.4 Apoio na implementação de projetos piloto.

Mel de abelhas nativas

Com o apoio da empresa produtora de açaí, Sambazon, instalada em Macapá, e parceiro tradicional do Instituto Peabiru, o *Programa Viva Marajó* deu continuidade a pequena ação junto a seis famílias de meliponicultores em ilhas de Afuá próximas a Macapá. A intenção é expandir esta ação, como parte da estratégia do *Território de Abelhas Nativas,* proposta enviada ao Fundo Amazônia.

Proposta de Plano Marajó de REDD+

O Viva Marajó participou na elaboração de projeto *Plano Marajó de REDD+* (*Programa de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião do Marajó é a Redução do Desmatamento, da Degradação e Incremento dos Estoques de Carbono Ambiental (REDD))* para o Fundo Amazônia, do BNDES, liderado pelo Instituto Pró-Natura e outros parceiros (Mérito Consultoria Financeira, Rever Urbano e Signus Vitae). A carta consulta deste projeto encontra-se em análise.

Proposta de fortalecimento da cadeia de valor do açaí

O Viva Marajó também participou no apoio à mobilização de recursos para a ONG Lupa Marajó. Neste caso o Programa realizou a facilitação na elaboração de projetos, o que permitiu que a entidade Lupa Marajó, que atua no Rio Canaticu, em Curralinho, aprovasse um projeto de R$ 60 mil junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, para o fortalecimento das cadeias de valor do açaí e miriti.

7.4.4 Conclusões e Aprendizados

A principal conclusão é que é preciso aprofundar o debate sobre o tema. A validação local é insuficiente para aprofundar a discussão, que deve seguir para outros espaços de debate. De qualquer maneira, existem poucos estudos sobre as cadeias de valor no Marajó. Também se confirmou que, por diversas razões (logística, acesso a informação, equipamentos, capacitação, organização etc.), a posição das comunidades locais nas cadeias de valor resulta em baixo poder (baixa capacidade de negociação, parco rendimento). Se cadeias prioritárias,

como o açaí, são bem conhecidas, permitirão influenciar as políticas publicas de maneira mais contundente e precisa.

7.4.5 Desafios e Próximos passos

7.4.5.1 Estudos sobre cadeias de valor

Nas avaliações dos estudos de cadeia de valor e após os seminários de devolução, a equipe do Programa *Viva Marajó* concluiu que os quatro relatórios receberam diferentes níveis de aceitabilidade pelos participantes das palestras de devolução, bem como diferentes graus de interesse na procura por seus resultados, destacando-se, desta maneira, o açaí e a farinha de mandioca. Tais estudos oferecem informações valiosas para projetos que busquem a melhoria da capacidade produtiva e comercial de famílias ribeirinhas.

Os estudos realizados em parceria com a UFRA e MPEG apontam diversos caminhos e prioridades. A proposta é realizar um workshop científico de avaliação dos aprendizados e das linhas de pesquisa, para definir os próximos passos. De qualquer maneira, o Viva Marajó vem priorizando a cadeia de valor do açaí, que certamente seguirá como prioritária.

Foto: basquetas de açaí comercializadas.

7.4.5.2 Eventos de fortalecimento de atores locais

O trabalho a ser iniciado com recursos do PNUD/MMA apontará os caminhos a adotar para as cadeias de valor do açaí e da andiroba.

7.4.5.3 Capacitações com produtores

A prioridade do *Viva Marajó* é obter recursos para prosseguir na capacitação de produtores de farinha-de-mandioca de Portel. O Plano de trabalho de assistência técnica delineado com os próprios produtores apontou a necessidade imediata de realização de seis oficinas. São estas as oficinas: a) melhoramento da qualidade da farinha I; b) Economia e Finanças; c) melhoramento da qualidade da farinha II; d) plantio da mandioca I; e) melhoramento da qualidade da farinha III; e f) plantio da mandioca I.

Legenda: Casa familiar rural, Gurupá. Foto: Carlos Ramos.

Legenda: erveiro em Anajás. Foto: Nailana Thiely.

7.4.5.4 Apoio na implementação de projetos piloto

A proposta é priorizar a cadeia de valor do açaí e de abelhas nativas. A primeira dependerá do resultado da mobilização de recursos junto à Fundação Banco do Brasil. A segunda, de abelhas nativas, depende do resultado da mobilização de recursos do Projeto *Território de Abelhas Nativas.*

O *Viva Marajó* pretende, ainda, elaborar propostas relacionadas ao ecoturismo de base comunitária e de pecuária leiteira. No caso do ecoturismo de base comunitária, a proposta é desenvolver projeto em parceria com comunidades interessadas na cadeia de valor, como já demonstrado em Ponta de Pedras. No caso da produção do queijo do Marajó, o campus da Universidade Estadual do Pará – UEPA, manifestou interesse em elaborar proposta em parceria com *o Viva Marajó.*

7.4.5.5 Fortalecimento da Marca Marajó

Desde a proposta original do *Programa Viva Marajó*, há a intenção de desenvolvimento de produtos identitários do Marajó. Vale comentar que nos eventos relacionados às cadeias de valor do açaí e da farinha de mandioca, os produtores reconhecem a importância de se contar com uma marca que identifique o território e a maneira de se produzir.

Como propõe Ima Vieira na palestra inaugural do Dia do Marajó, *Uma das estratégias inovadoras que constitui formas especiais de proteção dos produtos são as Indicações Geográficas - IG, que é uma forma de agregar valor e credibilidade a um produto ou serviço, conferindo-lhes um diferencial de mercado em função das características de seu local de origem. Elas visam, principalmente, distinguir a sua origem através da identificação da sua área de produção.*

No Brasil, as Indicações Geográficas - IG são consideradas "marcas territoriais" que reconhecem os direitos coletivos referentes aos sinais distintivos de um território, dividindo-se em duas modalidades: Denominação de Origem - DO e Indicação de Procedência - IP. Entretanto, aqui existem poucas reivindicações e concessões de registros de Indicações Geográficas como estratégia de promoção do desenvolvimento (Vieira, 2010).

No entanto, avançou-se pouco neste trabalho, ainda restrito a um conjunto preliminar de parâmetros para a Marca *Marajó*, para os produtos prioritários identificados.

De qualquer maneira, a nova legislação estadual para produtos agropecuários, inclusive o *queijo-do-Marajó,* que será editada brevemente pela Secretaria de Estado de Agricultura, permitirá estabelecer um debate, com algum embasamento legal para os mercados regionais.

Legenda: Baia de Melgaço. Foto: Rodrigo Pires.

7.5 Valorização e proteção da Cultura Marajoara

7.5.1 Objetivo específico

O objetivo específico deste sub-programa é contribuir para a valorização e a *proteção da Cultura Marajoara. A atenção especial é para a conservação do patrimônio imaterial e arqueológico.*

7.5.2 Estratégias

O *Viva Marajó* adotou as seguintes estratégias de trabalho de apoiar o(a): a) Fortalecimento de organizações locais da área cultural; b) Divulgação da cultura marajoara; c) Promoção do debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural; e d) Produção de documentário sobre a região.

7.5.3 Principais ações

7.5.3.1 Fortalecimento de organizações da sociedade civil local da área cultural

7.5.3.1.1 Fortalecimento do Museu do Marajó

Em 2010 o Instituto Peabiru doou cerca de dezessete mil reais para a regularização contábil desta organização da sociedade civil. Foram concluídos os demonstrativos financeiros atrasados, prestadas contas à Secretaria da Receita Federal, pagos as multas por estes atrasos, e pagos os serviços contábeis. Graças a esta ação a antiga gestão pode entregar os documentos contábeis em ordem para a gestão que se iniciava, após período de discussões na justiça. No entanto, o diálogo com a nova diretoria ainda não avançou. O Instituto Peabiru espera definir uma agenda comum de trabalho com o Museu.

7.5.3.1.2 Apoio na criação do Instituto Glorioso São Sebastião – IDGSS

O *Viva Marajó* apoiou, desde o início o processo de criação desta nova organização da sociedade civil de Cachoeira do Arari, seja contribuindo para o diálogo com a Igreja Católica, seja colaborando em sua constituição – estatutos, objetivos etc. seja buscando maior visibilidade para esta importante iniciativa por meio do Dia do Marajó.

Legenda: Apresentação da Ladainha do Glorioso São Sebastião no Dia do Marajó, do grupo de Cachoeira do Arari, junho de 2011.

7.5.3.1.3 Divulgação da cultura marajoara

Por diversas ocasiões, especialmente nos eventos do *Dia do Marajó* e por meio da divulgação na imprensa*,* o *Programa Viva Marajó* propagou o trabalho de grupos culturais da região. Entre estes cabe destacar: a) a Ladainha do Glorioso São Sebastião, parte da festividade do Glorioso São Sebastião, de Cachoeira do Arari, apresentado pelo Instituto Glorioso São Sebastião; b) a Orquestra Marajoara, com

componentes de diversos localidades; c) os filmes da Associação Cultural Dalcídio Jurandir, do município de Ponta de Pedras, como o curta-metragem *Tem Boto na Rede do Tunico*, sucesso na internet com mais de 16 mil visualizações, exibido pela primeira vez em tela grande, ao ar livre, na Feira do Açaí. O grupo já rodou mais dois filmes *O Morto que Sabia Nadar* e *Ademar e a Onça*. Como afirma seu diretor: *nós sabemos que é preciso melhorar, pois ainda é muito amador, mas o reconhecimento é muito bom e a procura é grande*; d) o grupo de dança *Cuiapitinga,* de Curralinho.

Legenda: Apresentação de filmes "Tem Boto na Rede do Tunico", da Associação Cultural Dalcídio Jurandir, no Mercado do Açaí, Complexo do Ver o Peso, Belém, março de 2012.

- **Promover o debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural**

A situação da proteção ao patrimônio no Marajó é das mais críticas no Brasil. Mesmo como o maior conjunto de sítios arqueológicos da Amazônia inexiste uma única unidade de conservação para protegê-los.

As poucas ações locais, de autoridades públicas a nível federal (IPHAN) e estadual (Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Cultura) ou de organizações locais, como o Museu do Marajó e a Igreja Católica, são insuficientes para promover a proteção dos sítios e a educação patrimonial.

O *Viva Marajó* participou de reuniões e debates e realizou sete *Dias do Marajó* para tratar dos temais culturais mais candentes, entre os quais cabe destacar: a) sobre arqueologia, com a Dra. Denise Schaan, da UFPA, uma das maiores especialistas na área; b) sobre a cultura cabocla, com o marajoara Dr. Agenor Sarraf; c) sobre a cultura e as Reservas da Biosfera, e o Plano de ação de Madrid (UNESCO),

com o coordenador de Ciência e Meio Ambiente, do escritório do órgão internacional em Brasília, Celso Schenkel; d) sobre a alternativa da cultura como formação de jovens, em Breves, com o professor Vanderley Lobato de Castro (Escola Gerson Peres) de Breves; e e) acerca das oportunidades e desafios do turismo e a cultura, com Cristina Penante, da comunidade do Pesqueiro em Soure.

Em tempo, o Viva Marajó solidarizou-se com a candidatura da Festividade do Glorioso São Sebastião como patrimônio imaterial junto ao IPHAN, apoiando o Instituto do Glorioso São Sebastião e realizando um Dia do Marajó com a participação do Bispo da Diocese de Ponta de Pedras, Dom Alessio Saccardo Sj, e da superintendente do IPHAN no Pará, Dorotéa Lima, e da Irmandade de São Sebastião de Cachoeira do Arari, Ademar Feio, o que resultou no encontro de pontos de vista comum para a valorização e proteção deste importante patrimônio imaterial, presente não apenas em Cachoeira do Arari como em mais de setenta localidades do Marajó.

Estas foram oportunidades de conhecer, valorizar e refletir sobre o importante patrimônio imaterial da região formada por transmissão oral de lendas, linguajar, dança, música, festas, culinária e folclore.

- **Produção de documentário sobre a região**

Nesta ação, financiada pela Vale SA, o *Viva Marajó*, em parceria com a Lauper Films, dirigido por Regina Jeha, realizou o documentário *Expedição Viva Marajó,* cuja equipe está nos créditos à abertura deste documento. Este vídeo, de 54 minutos, considerado como de média metragem, deu voz ao Marajoara para expressar o seu viver.

A fita foi produzida em tempo recorde, dois meses entre o início da pesquisa e a finalização. A proposta foi conhecer os diferentes modos de vida do Marajó e apresentar seus desafios. Entre as temáticas, aborda-se os diferentes ambientes e cotidianos, como aquele da zona costeira; das regiões de floresta; o preparo da pesca; o manejo de peixes e de quelônios; os ribeirinhos e suas tradições de extrativismo, apresentado e narrado pelo próprio marajoara, que ao falar de si, encanta e leva à reflexão sobre os marcantes contrastes entre a riqueza natural e a pobreza histórica, imposta ao ser humano.

Comente-se que, como o Marajó se constitui uma região bastante diversificada em termos culturais e paisagísticos, foi possível percorrer apenas

uma amostra da região. Mesmo assim, o filme soube captar muitas das problemáticas que o marajoara enfrenta.

O documentário recebeu boa acolhida do meio especializado, sendo selecionado para quatro festivais internacionais em 2011: a) Janeiro de 2011 - 24th FIPA Situation de la Création Internationale, Biarritz, Fr. (considerado um dos mais importantes do mundo em relação a documentários) b) Julho de 2011 – 9th Ischia Film Festival- Official Selection, Itália; c) Julho de 2011 – 6o. Festival Latino-Americano de Cinema, São Paulo; e d) Outubro de 2011 – 4th Upto3, Toronto, Canadá (versão 3').

Durante o mês de junho de 2012, como parte da Rio+20, o documentário foi lançado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ficou em cartaz com sessões diárias às 18h, no Cine Livraria Cultura, em São Paulo, e no Espaço Itaú de Cinema Botafogo, no Rio de Janeiro. Em verdade, a cada mês novos convites surgem, tanto de centros universitários como festivais especializados. Em 2012 já foi selecionado para duas mostras: a Retrospectiva de 2012 do Cine SESC, em dezembro de 2012, de São Paulo; e o Fórum Brasil 2012, na Áustria, com apresentações em diversas cidades em novembro de 2012.

O filme propiciou, ainda, oportunidade de apresentá-lo em Belém tanto no *Dia do Marajó*, com debate com a diretora, Regina Jeha, como na programação do SESC Boulevard. Foi exibido, ainda, em eventos especializados, como em setembro de 2011, ao IV Congresso de Jornalismo Ambiental, organizado pela Envolverde, no Rio de Janeiro, RJ.

Em julho de 2012 , houve uma exibição, com reprise, no canal por assinatura Canal Brasil. Nos próximos meses estará disponível para distribuição em DVD.

Apresentação no Marajó

Mais importante que a participação em festivais e mostras, foi sua projeção à comunidade marajoara. A primeira, a titulo de aprendizado e socialização de resultado, foi em junho de 2010, na Comunidade São Miguel, há três horas de barco de Breves. Nesta oportunidade percebemos como o isolamento e a falta de oportunidades de educação leva a um grande desconhecimento sobre os múltiplos Marajós. A comunidade recebeu, ainda, livros doados pela Fox Vídeo.

O documentário mostrou-se como poderosa ferramenta de reflexão sobre a realidade local, pois todos, mesmo os jovens, assistiram atentamente. Conforme relato da equipe do Viva Marajó, *uma dificuldade bastante relevante foi o fato de terem muitas pessoas com malária ou se recuperando dela, então a atenção e a disposição para discussões ficam afetadas.*

Legenda: pipoca na exibição dos documentários, em praça pública de Anajás. Foto: Suane Melo.

A seguir, o filme foi exibido em 15 das 16 cidades do Marajó[21], num processo itinerante, com exibições gratuitas, em praças públicas, colégios e outros espaços e acompanhadas de debate. Desta forma, muitos marajoaras tiveram a oportunidade de assistir ao cinema em tela grande, pela primeira vez em sua vida. Inclusive, para manter a aura mágica do cinema, a pipoca também foi distribuída livremente.

[21] Apenas Santa Cruz do Arari não recebera o filme por problemas de logística causados pelas dificuldades de acesso no período de verão amazônico.

Legenda: Exibição do documentário *Expedição Viva Marajó*, em Muaná, em 2011.

Esse trabalho gigantesco, de exibir o *Expedição Viva Marajó* em todas as sedes dos municípios marajoaras atendeu a quase quatro mil espectadores, e foi parte do conjunto de ações de devolução dos resultados do *Programa Viva Marajó* às comunidades, e àqueles que contribuíram com suas histórias de vida para a construção do documentário.

Afinal, para o Viva Marajó o documentário é mais do que um filme bem feito e que respeita o Marajoara, é uma ferramenta de mobilização social na discussão da melhoria da qualidade de vida local – daí a escolha da linguagem visual, de rápida compreensão.

A divulgação no Marajó do filme *Expedição Viva Marajó* contou com a participação da Mapinguari Design e de dois agentes locais de mobilização[22]. O filme foi exibido com projeções em praças públicas e ginásios, utilizando equipamentos apropriados para a instalação de cinema itinerante. Durante as exibições, recebemos jornalistas que cobriram apresentações em Curralinho e Portel, além de articular com as prefeituras locais a cessão dos espaços e o suporte em alguns locais, de logística e comunicação.

[22] Flávio Bentes, pedagogo, professor de ensino fundamental de Breves; Marília Tavares, pedagoga, assessora técnica do CODETEM, natural de Curralinho.

Legenda: convite para lançamento do documentário.

7.5.4 Conclusões e aprendizados

7.5.4.1 Fortalecimento de organizações da sociedade civil local da área cultural

Ainda que se desejasse mais ampla atuação, a limitação de recursos e de equipe, resultou em restringir este trabalho a duas organizações, o Museu do Marajó e o Instituto Glorioso São Sebastião.

Quanto ao Museu do Marajó, mesmo com o grande investimento e esforço para contribuir na transição entre uma gestão e outra, o trabalho em parceria com a nova diretoria ainda não avançou. Há grande esperança que este possa entrar em outro momento.

Certamente, o apoio que se mostrou frutuoso foi o apoio institucional ao Instituto Glorioso São Sebastião. É louvável e inspirador quando se reúne uma comunidade no entorno de uma organização local sem fins lucrativos, como a de Cachoeira do Arari, em torno de uma festividade cultural e religiosa tão importante. Mais louvável é o processo de dialogo que se estabeleceu entre a autoridade religiosa e os organizadores da festividade.

Legenda: região de florestas inundadas do município de Chaves.

7.5.4.2 Divulgação da cultura marajoara

O breve espaço oferecido a grupos culturais no *Dia do Marajó* e por meio da divulgação de atividades para a mídia e redes sociais, permitiu compreender como a cultura local carece de oportunidades fora de seu meio. Estas pequenas apresentações fortalecem, ainda, o sentido de pertencimento e autoestima, e estimulam o prosseguir em seu trabalho cultural. Patente, ainda, foi o registro da narrativa da maior parte dos grupos, diante do insuficiente apoio e atenção dos órgãos públicos locais e regionais a estas formas de expressão.

7.5.4.3 Promover o debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural

Aprendemos a respeitar a cultura marajoara como uma das mais ricas e diversas do Brasil. Ao mesmo tempo, percebemos sua fragilidade, seja pela falta do envolvimento de jovens em atividades como a ladainha, seja pela deficiência de seu devido registro (em todos os meios). Neste sentido, primeiramente é louvável a própria organização do Instituto Glorioso São Sebastião em Cachoeira do Arari. Da mesma forma, é importante o trabalho de análise do IPHAN para o tombamento (no livro de patrimônio imaterial) da Festividade do Glorioso São Sebastião, presente tanto em Cachoeira do Arari, como em dezenas de comunidades no Marajó.

Legenda: Dia do Marajó, foram 22 eventos em Belém, mais de 700 participantes

de 177 entidades, no SESC Boulevard

7.5.4.4 Promover o debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural

Aprendemos a respeitar a cultura marajoara como uma das mais ricas e diversas do Brasil. Ao mesmo tempo, percebemos sua fragilidade, seja pela falta do envolvimento de jovens em atividades como a ladainha, seja pela deficiência de seu devido registro (em todos os meios). Neste sentido, primeiramente é louvável a própria organização do Instituto Glorioso São Sebastião em Cachoeira do Arari. Da mesma forma, é importante o trabalho de análise do IPHAN para o tombamento (no livro de patrimônio imaterial) da Festividade do Glorioso São Sebastião, presente tanto em Cachoeira do Arari, como em dezenas de comunidades no Marajó.

Também é relevante a produção acadêmica e o processo de registro que o IPHAN realizou recentemente. Este no entanto, está longe de se mostrar suficiente para salvaguardar este patrimônio.

No que tange o patrimônio material, especialmente o arqueológico, é gravíssima a sua situação, especialmente com a proposta de plantio de arroz, que certamente destruirão todos os sítios arqueológicos que porventura existam na área. O IPHAN não foi consultado sobre o arroz hoje plantado e sobre o potencial impacto da proposta de plantio em larga escala em terras públicas e privadas.

A gravidade da situação aumenta diante do descaso histórico dos órgãos públicos para os sítios arqueológicos – pois não há um metro quadrado de sitio

arqueológico protegido no Marajó –, como pela situação das coleções de cerâmicas retiradas dos sítios e que foram, em sua maior parte, contrabandeadas para colecionadores no Brasil e em diversas partes do mundo.

Comente-se que durante este período de trabalho vimos a casa do escritor Dalcídio Jurandir completamente abandonada, assim como outros patrimônios arquitetônicos não receberem suficiente atenção (entre os quais as ruínas de Joanes, em Salvaterra).

7.5.4.5 Produção de documentário sobre a região

No que se refere ao documentário Expedição *Viva Marajó,* ficou patente que possibilitou alcançar diversos públicos – o próprio Marajoara, o público belenense, como um publico geral nacional – promovendo evidente debate em toda feita que houve sua exibição.

Este contribui ao processo de reflexão sobre o Marajó, permitindo conhecer e discutir sobre as diferentes perspectivas e modos de vida. Por outro lado, ao público pouco afeito à região, revelou-se um mundo desconhecido, belo mas ao mesmo tempo, frágil e carente de políticas públicas.

No âmbito da valorização cultural, o *Viva Marajó* através das redes sociais, da exibição do filme e da realização de palestras logrou ampliar a visibilidade do Marajó, tanto no próprio Pará, como Brasil afora. Isto possibilita aumentar o interesse em apoiar iniciativas relacionadas à cultura local – arqueologia, a Festividade do Glorioso São Sebastião etc.

Por fim, este trabalho, associado aos *Dias do Marajó* e outras ações, resultou em clara identificação, pelo menos no meio socioambiental e na mídia, em reconhecer que o *Programa Viva Marajó* pauta questões relevantes.

Legenda: campos nativos de São Sebastião da Boa Vista, foto: Nailana Thiely.

7.5.5 Desafios e próximos passos

7.5.5.1 Fortalecimento de organizações da sociedade civil local da área cultural

A principal proposta é realizar um curso, seguido de assistência técnica da Escola de Gestão da Amazônia (nova ação do Instituto Peabiru) sobre mobilização e gestão de recursos. Certamente a prioridade é para o Museu do Marajó, o Instituto Glorioso São Sebastião, a Associação Dalcídio Jurandir e as outras organizações sem fins lucrativos de caráter cultura constituídas na região.

7.5.5.2 Divulgação da cultura marajoara

A principal proposta é realizar um Festival da Cultura Marajoara, inicialmente em Belém. Para tanto, a proposta é se unir a outras organizações já parceiras do *Viva Marajó,* como o SESC Boulevard, e mobilizar recursos para este fim. Esta seria excelente oportunidade para registrar a diversidade e riqueza da cultura local em suas diversas expressões.

7.5.5.3 Promover o debate sobre políticas públicas de proteção do patrimônio cultural

A principal proposta é discutir com a Rede Marajó da Sociedade Civil como realizar uma campanha regional e mesmo nacional, em prol da conservação do patrimônio arqueológico do Marajó.

É igualmente fundamental que o tema seja debatido no âmbito do Colegiado Territorial do Marajó – CODETEM e se defina, por exemplo, uma comissão de instituições especialistas e das autoridades publicas, com mandato para propor políticas públicas.

O principal objetivo é sensibilizar as autoridades municipais, estaduais e federal para a urgência de um programa de proteção ao patrimônio arqueológico da região, com a criação de parques e outras unidades de conservação, assim como realizar a sinalização dos sítios e proceder à educação patrimonial das comunidades do entorno.

Por fim, deve se priorizar o processo de tombamento da Festividade do Glorioso São Sebastião como patrimônio imaterial junto ao IPHAN, bem como se promover novos processos de registro dos saberes e fazeres locais.

7.5.5.4 Produção de documentário sobre a região

A mais premente ação certamente é lançar o documentário nacionalmente em televisão aberta e em formato DVD. Ambas dependem de investimentos e de acordos de exibição.

Desde a produção do documentário *Expedição Viva Marajó* ficou patente que seria impossível, num breve documentário, abranger toda a diversidade regional. O Viva Marajó e a Lauper Films tencionam propor um novo documentário, cobrindo outras regiões e características do Marajó.

7.6 Fortalecimento institucional do programa

7.6.1 Objetivo

O objetivo específico deste sub-programa é garantir os recursos financeiros necessários para a realização das atividades, bem como comunicar seus resultados e ampliar a percepção do público preferencial sobre o Marajó.

7.6.2 Estratégias

O sub-programa de fortalecimento institucional tem como estratégias: a) A sustentabilidade financeira de longo prazo do programa; e b) Comunicação visual; c) A geração e sistematização do conhecimento, especialmente para o monitoramento de políticas públicas; e d) A comunicação dos resultados do programa e sobre a importância do Marajó nas temáticas tratadas pelo Programa.

7.6.3 Ações

7.6.3.1 Sustentabilidade financeira

Em prol da sustentabilidade financeira foi preparado um plano de mobilização de recursos, que se encontra em execução. O Fundo Vale e a Vale SA financiaram a maior parte das atividades ente fevereiro de 2010 e julho de 2012. O Instituto Peabiru financiou, com recursos próprio os demais períodos (entre setembro de 2009 e janeiro de 2010 e após agosto de 2012).

7.6.3.2 Comunicação Visual

Para o Programa Viva Marajó a designer Fernanda Martins desenvolveu um estudo de identidade visual, que resultou em logotipo próprio, amplamente divulgado e utilizado. Um manual de aplicação deste foi produzido e encontra-se em uso.

Legenda: logotipo, com aplicação em fundo branco ou preto. Autoria: Fernanda Martins

O trabalho de comunicação visual estendeu-se aos cartões de visita, papelaria, banners, camisetas, adesivos, faixas de mesa, convites, folder, capa de projeto entre outros. Na mídia eletrônica formatou-se o convites eletrônicos, tweeter, o web-site do Viva Marajó e a página do facebook. Foi produzido um adesivo com o slogan “Sou + Marajó” . O trabalho de comunicação visual também esteve presente no material para o documentário Expedição Viva Marajó (convites eletrônicos, cartazes de lançamento e divulgação, bolacha e capa do DVD, inserção das marcas no vídeo).

Legenda: convite eletrônico para o Dia do Marajó. Autoria: Mapinguari Design.

7.6.3.3 Geração e sistematização do conhecimento

7.6.3.3.1 Documentos e audiovisuais

Os resultados do Programa estão em processo de sistematização. Os principais produtos disponíveis são: 1. Diagnóstico Socioeconômico – *Escuta Marajó,* 3. Conjunto de estudos relacionados às cadeias de valor – resumo, açaí, pesca artesanal, pecuária, farinha-de-mandioca; 4. Web-site Viva-Marajó; 5. Quatro artigos assinados pelo coordenador do programa, João Meirelles: "Quem liga para o Marajó?" (O ECO Amazônia, 10 de maio de 2010); "Marajó, O nosso Marajó, Viva o Marajó" (REMA, 2012); "O impacto do plantio de arroz no Marajó (ENVOLVERDE, 9 de maio de 2012)(em co-autoria com Vieira, Ima; Saccardo, Alessio e Novaes, Assunção); e 6) Duas cartas assinadas em parceria com o CODETEM e outras entidades: "Carta de Ponta de Pedras", de 20 de novembro de 2011, sobre a questão fundiária; e "Carta de Portel", de 30 de março de 2012, sobre a educação ribeirinha.

Outros documentos estão em processo de revisão: 1. Apresentação do Marajó (a partir da minuta do dossiê para a UNESCO); 2. Lista de Espécies do Marajó; 3. Mapeamento de atores.

No que se refere a mapas, estão disponíveis o *Mapa Fundiário do Marajó,* bem como uma imagem de satélite apresentando o contorno de cada um dos 16

municípios, e uma imagem geral do Marajó. Quanto à iconografia, há um banco de imagens da região, parcialmente disponível no web-site do Instituto Peabiru.

Quanto aos vídeos, há o documentário *Expedição Viva Marajó,* com 53 minutos, como comentado acima, que será lançado em DVD brevemente. Uma versão resumida encontra-se no Youtube, para download. Há, ainda, os registros do *Escuta Marajó* e dos *Dias do Marajó.* Entre estes últimos destaca-se aquele dedicado aos arrozeiros, cujo material foi encaminhado ao MPE como parte do processo de monitoramento sobre esta monocultura.

7.6.3.4 Monitoramento de políticas públicas

Para discutir amplamente as problemáticas do Marajó e realizar um processo público de monitoramento das iniciativas federais e estaduais, foi criado o *Dia do Marajó*. Seu lançamento ocorreu em 24 de agosto de 2010, no Museu de História do Pará – MHEP, com a palestra de Ima Vieira, e, a seguir, os 21 eventos seguintes foram realizados em parceria com o SESC Boulevard (SESC-Pará), que cedeu o seu auditório.

A Mapinguari Design realizou a produção e diversas organizações, como o CODETEM contribuíram na mobilização e participando de debates e eventos culturais. O *Dia do Marajó* versou sobre distintas temáticas tratadas pelo Programa – educação, arqueologia, unidades de conservação, reserva da biosfera, cadeias de valor prioritárias, infância e adolescência, arte e cultura marajoara, avaliação do Plano Marajó, o acesso à energia (Linhão do Marajó), e o plantio de arroz na região.

Foram realizados 22 eventos, entre agosto de 2010 e junho de 2012, contaram com a participação de 621 pessoas, de 177 instituições, de diversos segmentos da sociedade.

7.6.3.5 Comunicação dos resultados do programa e sobre a importância do Marajó

Esta ação se pautou pela política de aumentar a visibilidade das problemáticas relacionadas ao Marajó na mídia, especialmente as questões

tratadas pelo *Programa Viva Marajó.* O resultado foi maior que o esperado, demonstrando a carência de tratamento cientifico ao tema, e da falta de monitoramento das políticas publicas para a região.

Inicialmente o Programa contou com uma gerencia própria de comunicação, que desenvolveu a estratégia de comunicação e colocou o programa no ar, garantindo-lhe forte impacto. A seguir, o Instituto Peabiru decidiu por consolidar as ações de comunicação a nível institucional, e não de programa, no entanto, as estratégias e as ferramentas de trabalho prosseguiram.

- **Mídias eletrônicas** – O *Viva Marajó* manteve um web-site específico a partir de fevereiro de 2011, durante este período inicial do programa. Este web-site agora faz parte do web-site institucional. O objetivo foi apresentar os resultados da *Escuta Marajó* e a sistematização de outras informações geradas pelo programa. Em abril de 2012, este passou a contar também com um blog do Instituto Peabiru, direcionado principalmente à imprensa que, em novembro de 2012, foi incorporado ao novo web-site do Instituto Peabiru.
- **Press-releases** – A cada novo *Dia do Marajó* foi preparado um press-release. No período de três anos foram preparados cerca de 25 press-releases, inclusive para a divulgação do documentário *Expedição Viva Marajó* e demais ações do programa. Esse material gerou cerca de 225cm/coluna de retorno da imprensa e cerca de 10 inserções em mídias eletrônicas.
- **Clipping de mídia eletrônica –** foram publicadas pelo menos 21 notícias em mídia eletrônica que citam o *Programa Viva Marajó*/Instituto Peabiru e seu financiador do período, o Fundo Vale.
- **Mídias sociais –** o *Programa Viva Marajó* esteve presente nas três principais redes sociais mais utilizadas na atualidade. Em janeiro de 2013 havia 1.137 pessoas que 'curtiram' a *Fan Page* do Viva Marajó no Facebook . O *Site* do *Viva Marajó* teve 89 mil visualizações e 980 manifestações positivas sobre o conteúdo exposto. No perfil do Twitter, reabilitado em fevereiro de 2012, havia 206 seguidores. No site de compartilhamento de vídeos no Youtube, a versão estendida do clipe musical do documentário *Expedição Viva Marajó*, teve 2.948 visualizações até setembro de 2012.

Legenda: pesquisador entrevista durante a escuta, Gurupá. Foto: Nailana Thiely.

7.6.3.5.1 Programa da Rádio Clube

O Viva Marajó realizou um projeto piloto, com vistas a compreender a rádio como forma de comunicação mais direta com as comunidades marajoaras. Também era objetivo avaliar como melhor divulgar as informações relacionadas às problemáticas do território para as comunidades beneficiárias.

Neste sentido, priorizamos a contratação de programa de rádio de maior audiência no Marajó, o Programa de Lemos Júnior, na Rádio Clube AM, no horário das 5:30 h aos sábados. Realizamos 23 programas no período de julho a novembro de 2011. Esta rádio é ouvida em todo os municípios do Pará, além de alcançar o Amapá.

A pesquisa para cada programa foi realizada pela equipe do Viva Marajó, em visitas a campo (como exemplo a pesquisa em Melgaço). Participaram, ainda, como locutoras pelo Viva Marajó, as estagiárias do Instituto Peabiru, Suane Melo e Vivian Silva. Além de divulgar as ações do programa, foram tratados temas como a cultura regional, a economia agroextrativista, Unidades de Conservação, Reserva da Biosfera, entre outros. Foram realizadas, ainda, entrevistas com lideranças marajoaras que puderam expor seus trabalhos de desenvolvimento local.

Legenda: gravação da equipe do Viva Marajó,
na Rádio Clube, Belém, junho de 2011.

Mesmo não avaliando devidamente o impacto do programa como projeto piloto, entendemos que foi uma experiência válida. Recebemos, principalmente de ribeirinhos, o retorno de que ouviram o programa.

7.6.4 Conclusões e aprendizados

7.6.4.1 Sustentabilidade financeira

No que se refere à mobilização de recursos, o Programa entra em novo ciclo com a assinatura de convênio com o PNUD, a partir de 2013. Outras propostas de mobilização de recursos foram apresentadas no fim de 2012 (vide item a seguir).

7.6.4.2 Geração e sistematização do conhecimento

Um dos mais importantes resultados do Programa Viva Marajó foi aumentar a visibilidade das problemáticas do Marajó para o público regional.

7.6.4.3 Comunicação dos resultados do programa e sobre a importância do Marajó

Entre os principais resultados e desafios estão:

- **Diagnóstico Socioeconômico –** entregue em formato impresso com ofício para 23 instituições. O Ministério Público Estadual copiou-o para todas as comarcas do Estado do Pará (cerca de 30). Em PDF o documento é disseminado a diversos públicos (órgãos públicos, ONGs, academia etc.), não havendo uma quantidade

determinada. Para o próximo período a proposta é publicar de forma impressa o documento, com ilustrações e mapas para divulgação.

- **Ensaio sobre o Marajó –** resumo das principais características, aprendizados e desafios sobre o Marajó, foi preparado por João Meirelles Filho e divulgado em livro (*Conservação da Natureza – e eu com isso?* publicado pela Fundação Brasil Cidadão, de Fortaleza, CE, em 2012. Uma versão ampliada deverá ser preparada no próximo ciclo.

- **Mapa fundiário** – o mapa foi impresso com pequena tiragem (em formato A1, cerca de 100 exemplares), e entregue com ofício a instituições relacionadas ao tema. Este foi utilizado para ouvir os diferentes organismos e para trabalhar nas oficinas nos municípios. Em formato PDF está sendo divulgado. A proposta é atualizar o mapa e buscar apoio para sua impressão, idealmente em formato A1, e para download em mídias eletrônicas.

- **Folder das cadeias de valor** – a partir da colaboração do Fundo Vale, realizamos ampla divulgação do material no Marajó e em eventos.

- **Relatório de 3 anos de atividade** – o presente relatório será transformado em documento eletrônico para acesso público, como uma prestação de contas pública. Também será oferecida versão resumida.

Legenda: apresentação de carimbó por grupo de jovens da Praia do Pesqueiro, Soure. Foto: Fernanda Martins.

Divulgação científica – Apoiar a divulgação de pesquisas e trabalhos científicos sobre a cultura do Marajó

Por meio do Dia do Marajó e de divulgação para a mídia, o Viva Marajó apoiou a maior divulgação do trabalho de pesquisadores como Agenor Sarraf; Marinete Bulhosa, do IFPA, sobre o vaqueiro marajoara, apresentado em Dia do Marajó, e Denise Schaan, estes relacionados à arqueologia.

Quanto a publicações, destaca-se o Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia da estagiária Vivian da Silva, intitulado "Planejamento, Gestão e Participação da sociedade local: Uma Analise do Plano de Desenvolvimento Territorial do Arquipélago do Marajó". Vivian da Silva trabalhou neste processo desde abril de 2011 a 27 de março de 2012 (defesa). A sua defesa tirando a nota máxima.

Há que se mencionar, ainda, a parceria com a International Social Studies Institute – ISS, da Erasmus University, de Roterdã, Holanda, que visa aumentar a compreensão da cadeia de valor do açaí.

Legenda: fila para a pipoca na projeção do documentário Expedição Viva Marajó em Melgaço.
Foto: Suane Melo

7.6.5 Mobilização de recursos

Os primeiros três anos com o apoio do Fundo Vale permitiram a estruturação do programa, o diagnostico socioeconômico, a definição das principais parcerias. Especificamente em relação a mobilização de recursos, o estabelecer um plano de mobilização de recurso, discutir estratégias de

mobilização de recursos, e elaborar um conjunto de propostas para a mobilização de recursos para os próximos 3 anos.

Entre as propostas elaboradas e não aprovadas estão:

– Duas proposta para Petrobras em edital para o estado do Pará em novembro de 2011: a) Desenvolvimento de ações para apoiar grupo de mulheres agroextrativistas no município de Portel (R$ 60 mil) ; e b) Mudanças climáticas – debate do 9º Congresso do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Gurupá e do 1º Encontro de Planejamento Estratégico da Casa Familiar Rural (R$ 60 mil);

– Proposta de apoio à agricultura familiar em Portel – a convite do IDEFLOR o Instituto Peabiru preferiu que o projeto fosse coordenado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Portel (valor R$ 85 mil).

– Projeto Literoflutuante – Festival de Literatura Flutuante da Amazônia, apresentado ao BNDES em 15 de dezembro último, e que será submetido em novo formato proximamente.

Legenda: Pesquisadores em campo, Chaves. Foto: Nailana Thiely.

Entre as propostas em analise estão:

a) Proposta em parceria com o Instituto Pró-Natura (líder do projeto), Mérito Partners, Signus Vitae e Rever Urbano, para o FUNDO AMAZONIA, do BNDES, denominado *Programa de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião do Marajó*. O Resumo do Projeto: Prevenir e combater o desmatamento na mesorregião de Marajó, a partir do desenvolvimento econômico e social de pessoas e território, fomentando iniciativas que contribuam para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, especialmente das florestas no bioma amazônico. Valor total do Projeto – R$ 17,99 milhões, para 24 meses. Nesta proposta o Instituto Peabiru participa com cerca de R$ 4,68 milhões (cerca de 25%), para executar em 15 meses, e para o qual mobilizará uma equipe de cerca de 50 pessoas. A proposta foi entregue ao BNDES em 18 de maio de 2012, e vem sendo construída desde o fim de 2011. Foram realizadas duas viagens ao Marajó e reuniões de planejamento. A consulta prévia ao banco foi muito bem recebida e esperamos boas notícias para os próximos meses. A expectativa, caso seja bem sucedido o pleito, é iniciar o projeto em inícios de 2013.

b) Projeto Viva Pesca, apresentado ao Edital Petrobras Ambiental em 13 de dezembro último;

Foram aprovadas, ainda, uma proposta de apoio ao programa ATER, do MDA, apresentado em edital do PNUD em outubro de 2011, e reapresentado em abril de 2012.

Legenda: bubalinocultura nos campos do Marajó, Soure. Foto: Fernanda Belich.

7.6.6 Conclusão

Este documento visa compartilhar nosso aprendizado em três anos do *Programa Viva Marajó* e propor, de forma participativa, a definição de nossos próximos desafios. Trata-se de um resumo, na medida que é uma experiência muito rica, marcante e em andamento.

Nos quinze anos de atividade do Instituto Peabiru, o *Viva Marajó*, criado em 2010, apresenta-se como nosso mais novo programa. É, certamente, aquele mais instigante, devido a exclusão secular que o meio milhão de marajoaras enfrentam, e à dimensão e complexidade socioambiental do território, composto de centenas de ilhas e uma porção continental – maior que sete estados brasileiros, como Pernambuco, ou um país, como Portugal.

Somos novatos em Marajó e, ao mesmo tempo, fascinados com a capacidade dos marajoaras em superar os desafios impostos pela natureza e pelo processo histórico que vivem.

Vemo-nos como facilitadores de processos de fortalecimento de capacidades humanas. Como quem almeja contribuir a que os marajoaras exerçam plenamente seus direitos cidadãos, acessem as políticas publicas que a maior parte do Brasil alcança, sejam respeitados pelo poder público e a iniciativa privada como povo com características particulares, enfim, para que alcancem a melhoria da qualidade de vida.

Neste processo, aliamo-nos aos principais centros de pesquisa e educação, às organizações responsáveis pelas políticas públicas e, especialmente, os

agentes locais, organizados em entidades da sociedade civil e movimentos sociais.

Aprendemos que, qualquer transformação da realidade do Marajó baseia-se em respeitar o modo e o saber marajoara, sua compreensão sobre a natureza e seus tempos.

Acreditamos fortemente, que transformações significativas se realizem de dentro para fora, de baixo para cima, na medida que marajoaras unidos sejam capazes de sensibilizar organizações públicas e privadas para suas necessidades e direitos. E, para isto, é preciso de organização, planejamento, capacitação e propostas concretas.

É preciso superar o momento atual que a maior parte das decisões sobre o Marajó e seu povo é tomada por pessoas e organizações de fora da região, que não vivenciam sua realidade. Há, outrossim, que superar os obstáculos de um histórico de isolamento e grandes dificuldades logísticas, falta de serviços públicos essenciais, falta de política de conservação ambiental e marginalização socioeconômica.

Os primeiros três anos

Inicialmente, fomos convidados pelo Fundo Vale e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA, a contribuir para o processo de candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera, como parte do *Programa Homem e Biosfera*, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Uma vez que se trata de desafio de compreender o *Homem e a Biosfera* marajoaras, e diante de um território de grandes proporções, com meio milhão de habitantes, habitando em centenas de comunidades isoladas, decidimos iniciar por um levantamento qualitativo sobre a região – o Diagnóstico Socioeconômico do Marajó – a que denominamos, carinhosamente, de *Escuta Marajó.*

A seguir, realizamos, em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA e o Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG, e financiamento da Vale SA, um estudo de Cadeias de Valor Prioritárias (açaí, farinha de mandioca, pesca artesanal e pecuária extensiva), e um documentário de média metragem em vídeo (*Expedição Viva Marajó),* igualmente um investimento social da Vale SA

e a Sambazon.

Em parceria com o Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó – CODETEM realizamos mais de setenta eventos públicos, no Marajó e em Belém *(Dia do Marajó),* para socializar e discutir o que aprendemos, também apoiado pela Vale SA e o Serviço Social do Comércio – SESC-PA. Realizamos, ainda, mais dezenas de reuniões com diferentes atores, para encaminhar os resultados destes eventos públicos.

O Aprendizado

Estarrecidos, o que mais aprendemos neste ciclo inicial de três anos, é que o Marajó não é prioridade nas políticas publicas estaduais ou federais. Mesmo com propostas de ação do governo federal e estadual desde 2007 – o *Plano Marajó*, depois *Território da Cidadania do Marajó* –, a morosidade da implementação das políticas públicas, com honrosas exceções, demonstra, cabalmente, que o Marajó não é prioridade.

A mais dramática constatação, no entanto, é que a maioria das decisões sobre a vida dos marajoaras é tomada fora do Marajó, sem que a maioria dos quinhentos mil marajoaras participem deste processo. E isto se estende ao poder público dos dezesseis municípios da região.

Outro fator relevante, é que os núcleos urbanos da região comunicam-se, e daí dependem para tudo, da capital do estado, Belém, ou de Macapá. A verdadeira integração regional é algo ainda bastante distante.

Num cenário em que outras regiões do Brasil apresentam forte crescimento econômico, ordenamento fundiário e melhoria da qualidade de vida, a exclusão histórica do Marajó se torna ainda mais gritante – especialmente em questões básicas, como na educação, saúde, transporte, abastecimento de água.

Pois bem, a priorização na qual nos pautamos, resulta do rico processo metodológico cientifico que adotamos – o de *Pesquisa-Ação* –, e que se baseia na construção coletiva da agenda de trabalho, bem como na reflexão *in loco* (nos Marajós) sobre os resultados dos documentos científicos.

Legenda: Igreja Martiz de Soure, foto: Fernanda Belich.

As prioridades

Nestes três anos de aprendizado, tornou-se evidente que a exclusão socioeconômica relaciona-se fortemente à insegurança fundiária. Daí o ordenamento territorial ser o *leitmotiv,* o fundamento principal do *Programa Viva Marajó*. Sem a definição pública da destinação das áreas para a conservação da biodiversidade, a conservação da água e de outros recursos naturais, não é possível a candidatura da Reserva da Biosfera para o Marajó. Sem o cumprimento da constituição estadual, de 1989, em que a Área de Proteção Ambiental do Marajó – APA Marajó –, está averbada, não é possível tratar desta candidatura ou de empreendimentos como o plantio de arroz.

Legenda: a monocultura do arroz modifica a paisagem do Marajó.

O fato é que, até 2009 inexistia uma única área de proteção integral no Marajó (atualmente há uma unidade correspondente a menos de 0,6% de sua superfície, o Parque Estadual Charapucu, em Afuá). Internacionalmente, recomenda-se que os biomas do Planeta, especialmente as florestas tropicais, reservem pelo menos 10% como áreas de conservação. A UNESCO, por sua vez, recomenda um mínimo de 5% do território proposto na candidatura como Reserva da Biosfera como unidade de conservação integral (denominado de zona núcleo).

Outra questão é a total falta de proteção às águas do Marajó. Não há uma única unidade de conservação nesta região, uma das mais importantes áreas úmidas da Terra, e que recebe ¼ das águas doces de todos os rios do planeta!

A política fundiária e de conservação

Para a população, especialmente para as mais de 70 mil famílias de ribeirinhos e moradores das áreas rurais, a segurança fundiária significa seu meio de vida. A política pública federal, executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e Secretaria de Patrimônio da União – SPU, mesmo com os avanços dos últimos cinco anos, alcançou ordenar menos de ¼ da área do Marajó (cerca de 2,4 milhões ha dos 10,4 milhões ha da mesorregião), garantindo direitos a cerca de 25 mil famílias de grupos e populações tradicionais.

A política federal de unidades de conservação de uso sustentável, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO (RESEX, RDS) e pelo Instituto Brasileiro de Florestas - IBF, cobrindo um território de 8% da mesorregião, aguarda a efetiva implementação e manejo destas unidades. Alem disto, há demanda de outras comunidades não atendidas. Há ainda o desafio de cumprir a Constituição Federal e implementar imediatamente os territórios quilombolas, proteger os corpos d'água, definir as áreas de uso para a pesca, e a destinar as terras públicas da imensa maioria do Marajó, especialmente da região dos campos nas ilhas e das áreas continentais.

A outra questão essencial relaciona-se à segurança alimentar e a geração de emprego e renda para estas populações tradicionais. De que maneira a aparente abundância de recursos naturais (madeira, açaí, pescado etc.) pode garantir, de forma sustentável, a geração de renda e emprego local e a efetiva segurança alimentar?

Legenda: açaí, no Rio Canaticu, em Curralinho, setembro de 2011.

A sociedade civil

O mais relevante, e grato, aprendizado relaciona-se ao fato de que a sociedade civil marajoara está organizada, por meio do Colegiado Territorial do Marajó – CODETEM. Este colegiado, reunindo sessenta e oito organizações, metade das quais da sociedade civil, efetivamente discute as principais temáticas do Marajó. Como veremos neste relatório, a maior capacidade de ação do CODETEM e outros atores na exigência de seus direitos cidadãos demonstra

como é possível avançar com políticas públicas, e como o diálogo com o poder público federal (BB, ICMBIO, INCRA, MPF, SUP e outros) e estadual (IDEFLOR, ITERPA, MPE, SEMA e outros) apresenta resultados.

Ao mesmo tempo, não podemos nos furtar de tratar, com a seriedade que merecem, questões que são apresentadas de forma atabalhoada e redentora, comum a grandes projetos, como a proposta de implantação de um pólo de plantio de arroz em terras públicas, com profundas consequencias na socioeconomia e meio ambiente marajoaras.

Preocupa, especialmente, o fato desta proposta aumentar a insegurança fundiária, desrespeitar direitos de grupos e populações tradicionais (como os quilombolas), aumentar a insegurança alimentar e não resultar em melhoria de qualidade de vida para a população local, dificultar o acesso a recursos naturais; e descaracterizar a cultura tradicional. A exclusão para as mulheres e os jovens é ainda mais crítica, na medida que têm menor acesso a esses recursos, quando comparadas aos homens.

Os próximos passos

Se nestes três anos foi possível aumentar a visibilidade das problemáticas do Marajó, tanto para o público paraense, como ao poder público federal e estadual, as agendas para o ordenamento fundiário, as cadeias de valor prioritárias e para os direitos cidadãos apresenta-se como ampla, complexa e merecedora de maior atenção.

Neste universo de carências múltiplas, emergenciais e urgentes, injustiças históricas e exclusão profunda, e diante da proposta da Reserva da Biosfera – nos perguntamos, a todo instante – o que se deve priorizar? Como uma pequena organização da sociedade civil, aliada, por meio deste programa – o Viva Marajó – ao movimento social local, à academia e entidades de outras naturezas, pode efetivamente contribuir para a transformação social?

Nestes três anos, qual é a efetiva contribuição de nosso trabalho aos marajoaras? O que transformamos? Se o propósito é contribuir para a candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera, quais os reais ganhos – econômicos, ambientais e sociais – desta proposta à população marajoara? Certamente, nossa maior contribuição é qualificar, cientificamente, as problemáticas do Marajó, fortalecer a capacidade local em conduzir esta

complexa agenda e juntos, refletir sobre o Plano Marajó e as demais políticas públicas. Para tanto, gostaríamos de contar com seu entusiasmo, adesão, reflexão, recomendações e, principalmente, parceria, para tornar o Marajó uma terra de direitos. E neste sentido, oferecemos este documento, como uma reflexão que procura resumir os mais de trezentas atas, relatórios, propostas etc. que preparamos.

Legenda: Praia Grande, Ponta de Pedras. Foto: Rafael Araújo.

8 Bibliografia

Uma bibliografia mais completa está em preparação. No momento apresentamos os documentos que subsidiaram o presente relatório, a saber:

O ECO AMAZONIA – O Eco Amazônia. 2010. O Marajó é uma região que ficou para trás no processo de desenvolvimento**.** Entrevista com João Meirelles Filho. http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=364633

BRASIL, Governo Federal. *Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó*. Casa Civil da Presidências da República. 2008.313 p.
BUARQUE, S.C. 2008

COLEGIADO TERRITORIAL DO MARAJO – CODETEM, *Carta do Território da Cidadania do Marajó*.

Ponta de Pedras, 20 de novembro de 2011.

_____ *Carta do Território da Cidadania do Marajó Sobre a Educação Ribeirinha*

Portel, 30 de março de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estat. *Censo Agropecuário 2006.* Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INSTITUTO PEABIRU, *Diagnóstico Socioeconômico e Cultural do Marajó – Escuta Marajó,* Instituto Peabiru, Belém, Pará, 2011;

GOMES, Sérgio Castro, *Diagnóstico Econômico Social dos Municípios da Área de Abrangência da Reserva da Biosfera Amazônia – Marajó*

JESUS, L. R. V. de Jesus. *A Arte Marajoara na Época de sua Reprodutibilidade Técnica.* Texto didático. 1999. http://www.ufpa.br/decom/roberto.pdf.
MEIRELLES FILHO, João, *Quem liga para o Marajó?,* O Eco Amazônia, web-site, 2010

http://www.oecoamazonia.com/br/artigos/9-artigos/71-quem-liga-para-o-marajo

_____, *O Marajó, o Nosso Marajó, Viva o Marajó*, in *Conservação da Natureza, e eu com isto?,* Fundação Brasil Cidadão & REMA, 2012

NOVAES, Assunção; Saccardo, Alessio; Vieira, Ima Célia Guimarães; e Meirelles Filho, João, *O impacto do plantio de arroz no Marajó*, web-site Envolverde, 9.5.2012

http://envolverde.com.br/sociedade/brasil-sociedade/o-impacto-do-plantio-de-arroz-no-marajo/

SANTANA, A. C. de*. Diagnóstico das Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas do Marajó: Açaí, Mandioca, Pesca Artesanal e Pecuária (versão final).* Documento-resumo do Instituto Peabiru para as cadeias de valor no Marajó. 2011. 65p.

_____; Mattos. C.A. C. de; Oliveira, C. M. de. *A Cadeia de Valor da Pecuária de Corte e Leite em Soure e Salvaterra, Marajó- Pa***.**Instituto Peabiru**.** 2011. 57p. Documento interno.

SANTOS, M.A.S. dos. *A Cadeia de Valor da Mandioca no Município de Portel*. Instituto Peabiru, 2011. 54p. Documento Interno.

SCHAAN, D.P. *A Linguagem Iconográfica da Cerâmica Marajoara*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul. 232 p. 1996.
SILVA, R.O da; Coelho-Ferreira, M.; Jardim, M.; Lima, P.; Menezes, L. de. *Pesquisa de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas: Açaí.* Instituto Peabiru, 2011. 64p. Documento Interno.

THIOLENTT, Michel , *Metodologia de Pesquisa-Ação*, Editora Cortez, São Paulo, 1985

Vieira, Ima, *A Reinvenção do Marajó,* artigo eletrônico, em www.peabiru.org.br

Contato:

Programa Viva Marajó

Instituto Peabiru

Rua Ó de Almeida, 1083, Reduto

Belém, Pará 66053-190

secretaria@peabiru.org.br

www.peabiru.org.br

Legenda: trapiche em São Sebastião da Boa Vista. Foto: Rafael Araújo.